



REFUGIADOS

# IPSS já só esperam a chegada dos menores não-acompanhados



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

## Setor Social Solidário a uma só voz perante o Estado



DIA DA CNIS  
36 anos assinalados  
com I Caderno  
de Reflexões



«SPECIAL SKI»  
Trabalhar a inclusão  
através da prática  
desportiva



APPACDM PORTO  
Centro de Reabilitação  
e Bem-Estar  
já inaugurado

José Leirião  
Membro da CNIS



## A Indústria 4.0/Sociedade 4.0 - como vai afectar a dimensão social e as IPSS?

Embora os efeitos mais significativos estejam previstos para cerca de 2025, e muitos de nós já não estaremos neste mundo, mas certamente, alguns nossos familiares irão ser afectados pela imparável ascensão das máquinas, em desfavor dos empregos, da dimensão social e colocando o bem-estar da humanidade em risco.

A Indústria 4.0 agrega tecnologias e métodos disruptivos, como por exemplo: *Big Data, Advanced Analytics, Cloud Computing, Ito (internet of things)*.

O fundamento básico da indústria 4.0 sustenta que, através da interligação das máquinas, sistemas de produção e equipamentos, vão fazer com que as empresas tenham a capacidade de criar redes inteligentes ao longo de toda a cadeia de valor e, assim, controlar e comandar os processos de produção de forma independente.

O sector industrial que está a “puxar” por estas mudanças é a indústria automóvel que, tendo sido sempre um sector onde a inovação técnica esteve sempre presente, atinge agora uma mudança de paradigma muito complexa e disruptiva, isto é, um caminho de transformação para veículos totalmente eléctricos e de condução autónoma, sem intervenção do condutor, necessitando também da adaptação adequada de infra-estruturas.

Esta transformação já está a exercer uma enorme pressão sobre o emprego, e a necessidade de novas competências dos trabalhadores, colocando pressão nos sistemas educativos, que tem de acompanhar este progresso, e nos estabilizadores automáticos de resposta ao aumento do desemprego registado e não registado.

Analisando uma simples estatística de emprego na União Europeia, verificamos que em 2007 o sector automóvel empregava: 2.471.900 (dois milhões quatrocentos e setenta e um mil e 900 trabalhadores) e, em 2013 o sector empregava:

2.294.100 (dois milhões duzentos e noventa e quatro mil e cem trabalhadores), portanto uma destruição líquida de 177.800 postos de trabalho em seis anos, certamente no final de 2016 essa destruição deve atingir os 210 mil postos de trabalho (ainda não existe estatística oficial na UE).

A previsão para os próximos dez anos, será muito mais severa, estimando-se que, em cada 3 postos de trabalho ficará apenas um, sendo os restantes postos de trabalho ocupados por máquinas, isto é, os colegas de trabalho dos humanos passarão a ser mais máquinas do que pessoas. A % de empregos em risco neste sector, em Portugal, atinge cerca de 60% e apenas a Roménia apresenta um valor mais elevado. (*estatísticas apresentadas numa conferência em 19 Dezembro último em Praga -Checoslováquia*)

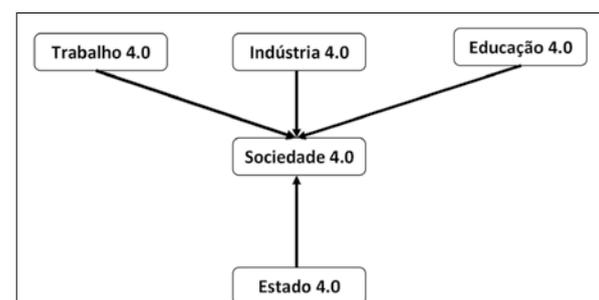
A União Europeia não quer ser ultrapassada e pretende seguir na liderança destas transformações estando em marcha, em vários países, iniciativas no sentido da digitalização e robotização dos automóveis e já lhe chamam a Sociedade 4.0, sendo que, várias questões se colocam ainda sem resposta, como por exemplo:

- Quem vai conseguir trabalhar, preencher um emprego criado ?
- Quem vai pagar impostos ? e que taxas ?
- Como serão financiados os serviços públicos básicos: saúde, educação, pensões, protecção social?
- Que mudanças sociais este processo vai desenvolver ?
- Qual a profundidade das mudanças?
- Qual a influência dos trabalhadores no futuro do desenvolvimento ( o Parlamento Europeu já refere que os robots terão de pagar a segurança social) ?

Sem pretender estar a levantar preocupações gerais, parece ser evidente que a humanidade está muito exposta a consequências ainda

desconhecidas, mas não é difícil acreditar que a dimensão do desemprego poderá ser explosiva, dado os sistemas económicos não criarem, desde o início deste século, suficientes empregos alternativos às rápidas mudanças tecnológicas, e que certamente as nossas Instituições poderão ter um papel a desempenhar para o qual não estarão devidamente preparadas, sendo necessário a criação de grupos de trabalho que envolvam os actores principais (governo, autarquias, IPSS, outros parceiros) no sentido de definir uma estratégia que consiga dar uma resposta adequada à dimensão social. Sabemos que o governo já criou um grupo de trabalho para endereçar a indústria 4.0 a nível empresarial e competitivo, não estando presente qualquer representação do sector social e solidário. Uma coisa parece-me certa, as IPSS irão ser chamadas a responder pois está no seu ADN chegar a todos e não deixar ninguém para trás, mas é preciso uma responsabilização inequívoca e suficientemente solidária do Estado de suporte às nossas Instituições.

Tudo indica que caminhamos para um modelo com o seguinte desenho:



## Avaliação externa necessita da colaboração das IPSS

ROTASS

Rede Operacional e Técnica de Apoio ao  
Setor Solidário

No âmbito da candidatura ao Portugal 2020 para Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social membros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), a primeira medida implementada pela CNIS foi a criação do Gabinete de Apoio Técnico (GAT) para apoio às associadas.

Por força do normativo da candidatura, terá que haver uma avaliação e xterna

das diversas atividades do projeto, tendo em vista a melhoria do mesmo e a concretização dos indicadores de realização contratualizados.

Assim, as instituições associadas da CNIS e que já contactaram com o GAT serão abordadas, via e-mail, pela Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento SA, entidade contratada pela CNIS para a realização da avaliação do projeto.

No primeiro momento, a avaliação consiste na aplicação de dois questionários, um para as instituições que estiveram

presentes nas Sessões de (in)Formação sobre as «Ações Inspetivas do ISS» e, outro, para as Instituições já apoiadas pelo Gabinete de Apoio Técnico.

A resposta das instituições a este inquérito, cuja confidencialidade está totalmente garantida, é extremamente importante para a melhoria do desenho do projeto pelo que a CNIS apela a todas as associadas contactadas à participação no mesmo. O inquérito é curto, com um número de questões reduzido, pelo que a resposta não tomará muito tempo. Os resultados serão exclusivamente utilizados no âmbito do projeto.

# Acolhimento de crianças e jovens

1. As medidas de promoção dos direitos e de proteção da criança e do jovem visam afastar o perigo em que estes se encontrem e proporcionar as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e também garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais, que, por preceito legal, devem promover e integrar parcerias.

A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem ao cuidado de instituições de acolhimento que podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado, que disponham de condições estruturais e organizativas, com recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que garantam às crianças e jovens acolhidos a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo o seu desenvolvimento integral.

A Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, define no n.º 2 e 3 do Artigo 50º como as casas de acolhimento se podem organizar em unidades especializadas e ainda que, as “instituições que desenvolvem respostas residenciais, nomeadamente nas áreas da educação especial e da saúde podem, em situações devidamente fundamentadas e pelo tempo estritamente necessário, executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de caráter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos”.

O regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento de crianças e jovens carece ainda de regulamentação, embora tal tenha ficado assumido no Compromisso de Cooperação 2015-2016.

2. É neste contexto que as IPSS são convocadas e se comprometem para colaborarem na intervenção que visa a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, nomeadamente nas medidas de acolhimento residencial e de confiança com vista à adoção, não lhes cabendo nem a seleção na admissão das

crianças e jovens, nem a gestão das vagas.

As IPSS asseguram o acolhimento residencial nos designados Centros de Acolhimento Temporário e nos Lares de Infância e Juventude, organizados de forma que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade das crianças e jovens em perigo. É assim que as Direções e as Equipas Técnicas e Educativas das IPSS se empenham na definição e na concretização do projeto de vida de cada criança, em que esta é sujeito ativo e participante. Valores como a participação, o respeito pela individualidade, a preservação das relações afetivas estruturantes, no quadro do interesse superior da criança e do jovem acolhidos são o garante de uma vinculação securizante, indispensável para o seu desenvolvimento integral.

Dados do Relatório CASA 2015 permitem traçar o perfil das crianças e jovens em acolhimento institucional, que representam uma parte menor do universo dos que estão com respostas no sistema de proteção.

Em 2015 estavam em situação de acolhimento 8.600 crianças e jovens em perigo o que comparativamente com o ano de 2014 reflete um aumento de 1,5% (corresponde a mais 130 crianças e jovens em perigo).

Destaca-se um ligeiro predomínio de crianças e jovens do sexo masculino – 4.449 (51,7%), em analogia a 4.151 (48,3%) do sexo feminino, especialmente até aos 14 anos, tendência que se inverte a partir dos 15 anos; com elevada taxa de insucesso escolar; 74,4% iniciaram o acolhimento em anos anteriores; mais de metade está a atravessar a fase da adolescência e apenas 12,8 % tem até aos 6 anos.

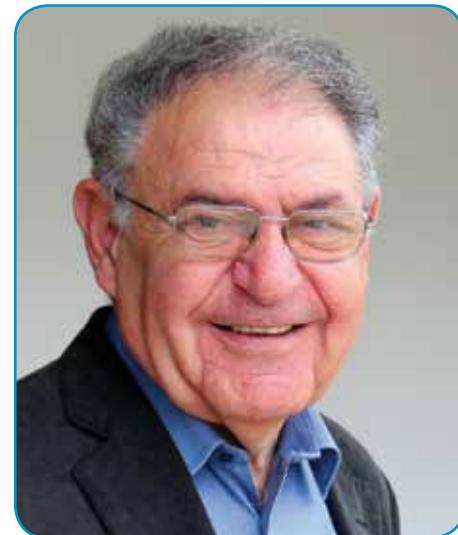
Foram identificadas um conjunto de características particulares das crianças e jovens acolhidas, nomeadamente problemas de comportamento, toxicod dependência (pressupõe o consumo regular e compulsivo de substâncias psicoativas), problemas de saúde mental, debilidade mental, deficiência mental, deficiência física, doença física, consumo esporádico de estupefacientes (a criança ou jovem pode ter mais do que uma característica identificada).

São estas as crianças e jovens que as IPSS acolhem para proteger e promover os seus direitos.

3. Duas preocupações assaltam a CNIS:

Para a CNIS o melhor para uma criança é crescer e desenvolver-se no seio da sua família biológica. Carência económica jamais deve ser a causa para que uma criança seja retirada

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



da sua família, assim como uma situação económica desafogada jamais deve justificar a escolha de pais adotivos para uma criança. O Relatório CASA 2015 refere que 49,5% crianças e jovens acolhidas tiveram medidas aplicadas em meio natural de vida antes do primeiro acolhimento. Esta situação tem que obrigar as entidades com competência em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais a reflectirem sobre o tempo irrecuperável que a criança perdeu neste processo e as razões para o insucesso das medidas aplicadas em meio natural de vida;

O constante aumento do número de adolescentes no sistema de acolhimento, verificado nos últimos anos, indica a necessidade de uma intervenção cada vez mais atempada e diferenciada por parte do sistema de promoção e proteção.

As IPSS associadas da CNIS e com respostas de acolhimento têm manifestado os desafios que encontram nesta resposta social, nomeadamente devidos ao perfil das crianças e jovens acolhidos, às articulações com a Segurança Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e com os Tribunais e à morosidade e complexidade dos processos, nomeadamente os de adoção.

As IPSS fazem um esforço de organização e de qualificação das respostas de acolhimento, na senda do interesse superior da criança, buscam melhorar os procedimentos e as relações entre todos os que estão envolvidos na vida das crianças e jovens que acolhem. Acredita-se que todas as outras entidades envolvidas no sistema de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo também o façam

Mas há mais a fazer.

Há que repudiar veementemente a ideia veiculada de que possa existir “negócio na retenção das crianças nas Instituições para manter as transferências”, “que as crianças são matéria-prima do negócio, são atrativas como objeto de negociação” – Programa “Sexta às 11”, de 3 de fevereiro de 2017, na RTP1.

Isto não é serviço público.

Serviço público é o que as IPSS asseguram todos os dias no cuidar e no colo que dão aos bebés que acolhem, nos sonhos e projetos que ajudam a concretizar das crianças e jovens acolhidas, na capacidade de ouvir, no apoio que dão às suas famílias, na definição e concretização do projeto de vida para cada um e na construção da sua autonomia.

DIA DA CNIS

# Aniversário celebrado com o I Caderno de Reflexões

A CNIS assinalou no dia 15 de janeiro, em Fátima, o 36º aniversário com uma sessão em que foi apresentada uma sùmula do Caderno de Reflexões do Centro de Estudos Sociais. Reflexões sobre temas estruturantes à vida e à ação das IPSS, que reafirmam a identidade que as diferencia da economia de mercado e no seio da Economia Social.

A celebração do Dia da CNIS, no passado dia 15 de janeiro, em Fátima, contou com a presença de elementos dos demais órgãos sociais da Confederação, dos presidentes das Uniões Distritais e Federações associadas e ainda de alguns membros do Centro de Estudos Sociais (CES) da CNIS.

O Dia da CNIS assinala o início, há 36 anos, de uma história feita pelas instituições para as instituições, daí que o padre Lino Maia tenha começado por congratular-se com a iniciativa, considerando ter sido mais um tempo e um espaço em que a união entre todos pôde ser reforçada.

“Foi bom juntar esta gente toda e nota-se que há um espírito de comunhão e de alegria, porque a união e a consciência de que se está a fazer algo de bem pelos outros também provoca alegria e satisfação e isso notou-se hoje aqui”, referiu o presidente da CNIS.

“A União das IPSS começou logo com muita gente e hoje é já muito mais que está na CNIS, mas o espírito de comunhão mantém-se”, disse, acrescentando: “Nota-se, claramente, que toda esta gente sente que a sorte do outro é a própria sorte e não atira para o outro a responsabilidade daquilo que ele próprio pode fazer. E isto é bom, dá-nos força e dá-nos espaço”.

A propósito do aniversário da CNIS, “são 36 anos em que muitos, e muito bem, se deram a este mundo da solidariedade social”, referiu, sublinhando: “E esses foram os grandes construtores disto que é inultrapassável e é único a nível da Europa. Em nenhum outro país encontramos tanta gente e tão empenhada na solução dos problemas da comunidade”.

Com um pé no passado histórico e o outro no presente dinamismo da CNIS, o presidente da CNIS lançou o olhar ao futuro e, reafirmando a “não diluição do Setor Social Solidário no caldeirão da Economia Social”, disse aos presentes: “Temos uma natureza diferente e, por isso, somos diferentes. Não seremos mais importantes, mas somos mais necessários. Nós somos Economia Social Solidária”.

## CADERNO DE REFLEXÕES

O ponto alto da iniciativa em Fátima foi a apresentação, a cargo de Filomena Bordalo, de um resumo do primeiro Caderno de Reflexões do Centro de Estudos Sociais da CNIS.



O primeiro caderno tem seis textos, “que se interrelacionam e que procuram aportar contributos para uma reflexão continuada e sempre mais aprofundada”, introduziu Filomena Bordalo.

As reflexões brotaram da apreciação e discussão, individual e coletiva, de documentos propostos pelos membros do CES da CNIS, que tem coordenação do padre José Lopes Batista e é composto por “pessoas que conhecem toda esta área social e este movimento solidário”, lembrou o padre Lino Maia, como são os casos de Acácio Catarino, Albino Lopes, Canaveira Campos, Custódio Oliveira, Deolinda Machado, Eugénio Fonseca, Filomena Bordalo, Jaime Neto, João Carlos Dias, José Carlos Batalha, Mário Caldeira Dias e Palmira Macedo.

«Desenvolvimento Local - Participação das IPSS» é o título do primeiro dos documentos, no qual é definido o conceito de desenvolvimento local, é reconhecido como um processo dinâmico e constituído por elementos que se relacionam entre si, em busca da melhoria da vida humana num determinado território.

Sobre o papel das instituições num processo de



desenvolvimento local, “salienta-se que o funcionamento das instituições, qualquer que seja a sua área de ação, contribui sempre para o desenvolvimento local”, sustentou Filomena Bordalo, acrescentando: “As IPSS têm sempre presente objetivos de desenvolvimento do território que passam pela erradicação da pobreza e exclusão social, pela dignificação da dignidade humana e pela solidariedade que anima a procura de justiça e a abertura de novos horizontes para o futuro”.

O segundo texto do I Caderno de Reflexões tem

o título de «A imaterialidade como valor a considerar nas associações» e faz referência aos valores imateriais apontados como estando na gênese de muitos outros valores.

“É o caso da dignidade da pessoa humana, que dá sentido ao desenvolvimento humano; da solidariedade, que está na base e dá sentido ao relacionamento humano; do trabalho, onde se devem conjugar os valores e capacidades individuais com outros valores; e da participação, refletida no compromisso da pessoa para com a humanidade pela presença ativa na sociedade organizada”, especificou, introduzindo, de seguida, o terceiro texto, cujo assunto é bastante caro às IPSS e à sua estrutura organizativa: «Identidade e Autonomia das IPSS».

“A identidade é considerada como o conjunto de características próprias e exclusivas que diferenciam determinadas organizações, conferindo-lhes direitos e deveres específicos”, começou por dizer Filomena Bordalo, sublinhando que a mesma supõe valores predominantes, nomeadamente de “natureza ética, humana, espiritual e ambiental”.

As IPSS, enquanto organizações, têm uma identidade que também lhes define a natureza e o significado. “As IPSS emergem da sociedade, como expressão do dever de justiça, solidariedade e cidadania, contribuem para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, exercendo a sua ação por direito próprio e inspirada no seu quadro de valores”, consideram os autores, destacando que “na sua ação de proximidade e de compromisso dão prioridade aos mais desfavorecidos, fomentando a participação dos destinatários, cujos interesses e direitos prevalecem aos da própria instituição, associados ou fundadores”.

Para os membros do CES, “esta identidade desafia as IPSS a ter consciência e a ser fiel ao quadro de valores que lhe dá fundamento e a manter coerência na ação que se exige seja rigorosa e transparente”, realçando que “o princípio da autonomia das IPSS assenta na sua identidade e na aceitação de que estas exercem a sua ação por direito próprio”.

Aliás, esse quadro de valores, como é referido em

todos os três primeiros textos, é que fundamenta a identidade, a natureza e a ação das instituições.

O quarto texto é uma «Base para a elaboração de uma Carta de Valores das IPSS e da CNIS», notando os autores que “não é uma reflexão acabada, mas antes o início de um desafio”.

Entre outras, as bases para a elaboração de uma Carta de Valores são: a preocupação com os outros; o ser humano no centro do funcionamento da sociedade; a afirmação da igualdade na diversidade dos seres humanos; a realização pessoal, a dignidade, a proteção e a justiça; a liberdade, a responsabilidade, as oportunidades e a prosperidade; comunidade e cooperação; o bem comum acima do bem individual; e privilegiar os mais desfavorecidos e os mais vulneráveis.

Nesta reflexão alerta-se para o “risco de perda da matriz diferenciadora e identitária quando se secundarizam os valores”.

E se as questões mais imateriais como os valores são estruturais na vida das IPSS, também as questões mais materiais assumem papel de relevo. Nesse sentido, no quinto documento o CES aborda «A Sustentabilidade da Economia Social», onde é, logo à partida, referido que “a sustentabilidade da Economia Social depende das relações que o Setor estabelece com o Estado e com o mercado”, lembrando que “a origem dos recursos não está apenas no mercado nem no Estado, mas também em fontes próprias”.

Os recursos, não sendo um objetivo principal, são uma condicionante para a ação, daí o CES apontar para a importância das questões relativas à organização e à gestão, alertando para o facto de “a dependência excessiva do Estado subordinar a Economia Social aos seus critérios e prioridades”.

No entanto, ressalva que “a relevância da ação não deve estar na organização mas as pessoas com as suas necessidades e capacidades”, pelo que “a sustentabilidade deve ser assegurada enquanto existirem necessidades não resolvidas”.

Por fim, o sexto e derradeiro texto debruça-se sobre os «Novos Desafios».

Perante o dinamismo da sociedade e levando



em conta um conjunto de tendências globais, o documento que fecha o I Caderno de Reflexões do Centro de Estudos Sociais da CNIS são apresentados quatro grandes desafios: o aumento das desigualdades e de mais grupos vulneráveis; as consequências da existência de uma nova classe de consumidores; a adaptação a uma nova realidade demográfica; e as oportunidades para o empowerment individual.

Perante estes novos desafios que emergem de uma sociedade que continua a cavar distâncias entre os seus membros, “o Setor Social Solidário tem um papel fundamental a desempenhar na proteção dos mais desfavorecidos, combatendo a pobreza e a exclusão social e promovendo a coesão social”.

A publicação do I Caderno de Reflexões do CES será feita dentro em breve, agora que a sua apresentação foi feita na comemoração do 36º aniversário da CNIS.

## História com mais de um século

Têm mais de um século as iniciativas no sentido de organizar o movimento social solidário em Portugal. Muitos mais séculos tem a história da sociedade civil portuguesa de criar organizações com o propósito de dar resposta aos problemas sociais das pessoas, especialmente, das mais desfavorecidas da(s) comunidade(s).

Foi em 1905 que o movimento social solidário se organizou no I Congresso de Beneficência, evento que decorreu entre os dias 23 e 25 de janeiro e cuja primeira conclusão desses três dias de trabalho no Porto foi: “A Beneficência deve ter uma organização”.

Nesses conturbados anos pré-República, o grande receio dos dirigentes das instituições era a ameaça do Governo monárquico, concretizada em proposta de lei (1903), de “lançar mão de administração dos estabelecimentos de beneficência”.

Porém, nas décadas seguintes não há registo de qualquer desenvolvimento desse movimento agregador e foi preciso esperar 75 anos

para que houvesse um novo e decisivo impulso para criar uma entidade que representasse tão importante movimento da sociedade civil.

No Cinema Estúdio, do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Porto, entre os dias 14 e 15 de junho de 1980, realizou-se o II Congresso das Instituições Privadas de Solidariedade Social, com a participação de 298 instituições oriundas de todo o País e ilhas.

Uma vez mais a intenção era clara e foi vertida logo na primeira conclusão dos dois dias de reunião: “As instituições presentes neste Congresso deliberaram a criação da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, elegendo desde já uma comissão encarregada de praticar todos os actos necessários à institucionalização jurídica da União (...)”.

E assim, meio ano depois do congresso, nascia a UIPSS por escritura pública.

“No 15 de Janeiro de mil novecentos e oitenta e um, na cidade do Porto e na rua de Costa Cabral, número cento e vinte e oito,

perante mim, José Cabral de Matos, Notário no Terceiro Cartório Notarial do Porto, compareceram como outorgantes (...)” 43 instituições todas do Norte e, em grande maioria, do Porto.

O documento notarial, com 30 páginas, define o quadro legal em que se inscreve a União, as finalidades e atribuições, as obrigações dos órgãos diretivos, o regime financeiro e obrigava à criação imediata de uma comissão administrativa com o prazo de um ano para convocar eleições.

E foi assim que há 36 anos era fundada a União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, designação entretanto alterada para União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e que hoje é a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a organização formal de um movimento social solidário que conta séculos de história.

“A CNIS é a herdeira natural da UIPSS e este é um dia que deve ser assinalado e lembrado”, frisou o padre Lino Maia, presidente da CNIS.

REFUGIADOS: MENORES NÃO-ACOMPANHADOS

# “Estamos prontos e os jovens podem chegar amanhã”

Está na reta final a iniciativa da CNIS «Menores não-acompanhados – Preparar o Acolhimento», o mesmo é dizer que o acolhimento está preparado falta apenas que cheguem os jovens que irão ser acolhidos. “Podiam chegar amanhã”, diz Joana Prata, da Associação de Apoio à Criança, de Guimarães, uma das sete IPSS que aderiram ao programa de recolocação destes jovens.

Se a CNIS e as sete primeiras instituições que vão receber os menores não-acompanhados no âmbito do processo de recolocação de refugiados da União Europeia já estão na reta final, ainda não conseguem vislumbrar a meta. São sobejamente conhecidas as dificuldades burocráticas que têm surgido e o tempo que medeia entre a manifestação de intenção de acolher refugiados e o seu efetivo acolhimento. Portugal já experienciou isso com a PAR – Plataforma de Apoio a Refugiados, em que a finalidade é o acolhimento de famílias.

No caso de menores não-acompanhados tudo se complica, tudo é mais difícil e, em especial, tudo é mais sensível. Afinal trata-se de crianças que, pelas circunstâncias, se viram sozinhas no mundo, arrancadas do seu ambiente familiar e em situação de grande fragilidade.

“Em grande parte, estes jovens vêm de contextos familiares muito funcionais, ao contrário do que acontece com a maioria das crianças e jovens que estão nas nossas instituições. Em muitos casos, e tendo em conta as nacionalidades que são elegíveis para a recolocação, há um contexto familiar perfeitamente funcional e onde, de repente, tudo eclode, forçando-os a sair”, explica Ana Rodrigues, do Gabinete de Apoio Técnico da CNIS.

Inicialmente prevista para os últimos dias de janeiro primeiros de fevereiro, a chegada dos menores não-acompanhados a acolher no âmbito da iniciativa da CNIS ainda não tem data marcada, mas todos se dizem prontos.

“Podiam chegar amanhã”, diz Joana Prata, da Associação de Apoio à Criança, de Guimarães, que está pronta para receber quatro meninas e irá instalar num quarto “que está a ser pintado para estar mais fresquinho para quando elas chegarem”.

Ana Rodrigues dando voz a um sentimento geral afirma: “Estamos prontos, quando puderem vir venham!”.

Nesta primeira fase chegarão 37 jovens, da Síria e da Eritreia, cuja idade máxima será 16 anos, e que serão acolhidos durante 18 meses.

“Tendencialmente, serão jovens a partir dos 12 e até aos 16 anos, mas nós estamos disponíveis para todas as idades, desde o berço. Temos, aliás, resposta para bebés recém-nascidos e até aos 18 anos, mas o que está em cima da mesa, pelo menos para estas primeiras manifestações de disponibilidade do Estado Português, é dos 12 aos 16 anos”, esclarece Ana Rodrigues, explicando



porque apenas sírios e eritreus são alvo deste acolhimento: “Só são elegíveis as nacionalidades que no trimestre anterior tenham tido uma taxa de aprovação nos Estados-membros da União Europeia de mais de 75% dos pedidos de asilo feitos. E, neste momento, só da Síria e Eritreia, até há pouco também do Iraque, mas atualmente já não”.

Para a assessora da CNIS, “este é um processo muito complicado e injusto, porque há outras nacionalidades que precisam tanto ou mais e que têm fundamento para asilo, tanto ou mais, do que as que entram no programa de recolocação e não estão abrangidas”, sublinhando que, na Grécia, “as três nacionalidades com mais menores não-acompanhados não estão abrangidas pelo programa”, ou seja, as afegã, paquistanesa e iraquiana.

Apesar da abertura da CNIS ser para todos os menores não-acompanhados, “os constrangimentos financeiros fazem com que apenas através do programa de recolocação é que se conseguia fazer o acolhimento”, visto não haver financiamento para os não elegíveis.

Recorde-se que o programa de recolocação da União Europeia financia a viagem para o país de



acolhimento, os exames médicos e com pouco mais de 300 euros/mês por menor.

Mesmo assim, a CNIS não está parada, estando a trabalhar com a organização não-governamental grega METAdrasi - Ação de Migração e Desenvolvimento, que tem por objetivo colmatar lacunas ao nível do acolhimento e integração de refugiados e imigrantes na Grécia, “no sentido de acolher alguns jovens que não estão abrangidos pelo programa de recolocação”.

Associação de Apoio à Criança (Guimarães), Lar Marista de Ermesinde, Associação Via Nova (Vila

Real), Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Lar Nossa Senhora do Livramento (Porto), Fundação COI (Pinhal Novo) e Refúgio Aboim Ascensão (Faro) são as sete primeiras instituições que aderiram ao projeto da CNIS, tendo o espírito solidário na gênese da adesão.

“Nenhum cidadão, minimamente atento e que diariamente seja bombardeado com notícias de crianças em sofrimento, pode ser indiferente a esta causa”, afirma Joana Prata, acrescentando: “O que entendemos é que as crianças que precisam de proteção são tanto as nossas como as do mundo inteiro. Estar a dizer que protegemos as nossas e ignorar o que se passa à nossa volta seria um disparate tremendo e uma falta de humanidade”.

Já no caso do Lar Marista de Ermesinde foram apelos superiores que levaram a instituição a abraçar a causa.

“Os Maristas já têm alguma experiência com esta problemática e foi um pedido do Irmão Superior Geral da congregação para que todas as casas estivessem ao dispor e ainda porque é uma orientação geral da Igreja Católica”, revela Paulo Pacheco, lembrando que a congregação tem três comunidades na Síria e uma num campo de refugiados em Itália.

“Já quando foi do programa PAR tínhamos vontade, mas saía da missão da instituição, que é a educação, e sentíamos alguma tristeza, pelo que quando a CNIS nos desafiou nem hesitámos”, acrescenta Paulo Pacheco.

Já a experiência da Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil) é diferente, porque entraram na PAR, “mas desde o primeiro momento o objetivo era acolher menores não-acompanhados”, afirma Mara Rebelo, lembrando que a infância “é a área de eleição da instituição”, pelo que quando surgiu a oportunidade: “Não pensámos duas vezes”.

No caso da Misericórdia de Bragança, a instituição acumula experiência com o acolhimento de refugiados do Kosovo (final da década de 1990), e outro, em curso, no âmbito da PAR, tendo disponibilizado os seus serviços para acolher três mães menores não-acompanhadas, que na realidade acabam por ser seis, pois cada mãe traz um filho pequeno.

“É uma causa que toca a todos e fazia todo o sentido a Santa Casa associar-se a este acolhimento, até pela experiência que já tem”, sustenta Catarina Maria, da Misericórdia brigantina.

Para preparar o melhor acolhimento, a CNIS promoveu nos últimos dias de janeiro uma formação, para técnicos e dirigentes, e que foram abordadas muitas questões jurídicas mas não só.

“A formação foi um pacote de dois dias em que as instituições falaram com algumas entidades parceiras, públicas e não públicas, sobre questões como sinais e comportamentos pós-traumáticos, como identificar e como reagir, interculturalidade, género e como compatibilizar questões de género e diálogo intercultural, prevenções de risco associados ao tráfico de seres humanos, procedimento de asilo, reagrupamento familiar, acolhimento de crianças e jovens refugiados”, revela Ana Rodrigues, do GAT, que sublinha a participação de Dora Estoura, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), responsável pela única resposta em Portugal, até ao momento, a refugiados menores não-acompanhados.

“Foi extraordinariamente produtivo, porque as instituições puderam perceber, na prática, quais os problemas que vão enfrentar no dia-a-dia. Correu muito bem e foi extraordinariamente útil”, refere Ana Rodrigues, no que é acompanhada por Catarina Maria: “A formação foi muito importante e foi ótima. Já na PAR primeiro chegaram os refugiados e só depois houve formação. Foi importante porque fomos buscar ferramentas para melhor acolher”.

Também Joana Prata considera essencial o que foi falado na sede da CNIS: “A formação foi extremamente útil. Houve uma parte jurídica que nos ensinou como lidar com toda esta realidade, mas a doutora Dora Estoura, do CPR, deu-nos uma perspetiva muito prática, o que foi importantíssimo. Ai é que sentimos o que é lidar no dia-a-dia com refugiados menores não-acompanhados”.

Sim porque ainda há dúvidas e receios, ao longo dos dois dias, muitas foram as dúvidas partilhadas.

“Principalmente, não saberem bem se os desafios vão ser semelhantes aos que já têm diariamente no acolhimento de crianças e jovens em risco ou se vão ser outros completamente diferentes e perceberem que vão ser ambos”, conta Ana Rodrigues, aprofundando: “Ou seja, terão desafios iguais aos que costumam ter com os seus utentes e alguns vão ser novos. Por um lado, muita reserva em pensar nos que vêm como se tivessem o mesmo tipo de problemáticas, mas também o perceberem que na generalidade dos casos será isso mesmo. O tipo de aproximação que vão ter que fazer vai ser muito semelhante à que já fazem com os outros jovens, ressalvadas as devidas diferenças”.

Questionadas sobre o que as deixa mais expectantes, agora que se aproxima (pensa-se) a data de chegada dos menores, as IPSS contactadas pelo SOLIDARIEDADE reconhecem alguns receios.

“É tentar perceber as expectativas que elas trazem, quer em relação ao País, quer à cidade de Bragança, e a história de vida delas, até porque é um público muito específico”, lembra Catarina Maria, apontando ainda que “a língua será uma dificuldade”.

Joana Prata prefere ter um olhar mais positivo: “É um grande desafio, mas, por outro lado, achamos que a nossa casa e a nossa vida vai ficar mais colorida, porque vêm meninas diferentes, com uma cultura diferente, com formas diferentes de estar, uma outra religião e entendemos que isso vai ser extremamente enriquecedor e gratificante”.

Apesar das eventuais dificuldades, todas as instituições encaram este desafio com espírito de missão.

“São jovens com muitas fragilidades que vão chegar a um país que não conhecem, com uma língua que não conhecem, mas, sem as forçar a nada, tentaremos ao máximo que se integrem”, assegura Mara Rebelo.

Este é também o espírito no Lar Marista de Ermesinde cuja disponibilidade é também para acolher menores com doença crónica ou deficiência física.

“A expectativa é muito alta em fazer bem em prol destas crianças. Há um misto de sentimentos entre a equipa do Lar. Ansiedade para que possamos começar a trabalhar e algum receio como vamos resolver as questões culturais e da língua”, sustenta Paulo Pacheco.

Sim a língua é apontada pela generalidade das instituições como um potencial obstáculo. Porém, todas elas já têm um plano b para que a comunicação não seja um problema.

“Temos um plano b. A questão da língua, mesmo com um plano b, vai ser uma dificuldade e estamos conscientes disso, porque não se fala com as crianças só quando está um intérprete por perto, é preciso falar com elas a todo o momento”, explica Joana Prata, revelando o que a instituição de Guimarães tem preparado: “Quando a instituição se ofereceu para receber crianças não-acompanhadas em setembro de 2015 foi procurada por um grupo de estudantes sírios que estão na Universidade do Minho, no âmbito do projeto do ex-Presidente da república Jorge Sampaio, no sentido de fazerem voluntariado e nos apoiarem com as crianças. Ora isto é um bom trunfo e um plano b muito bom. Agora, e porque eles não vão estar sempre aqui, sabemos que no dia-a-dia vai haver dificuldades, mas as crianças encontram sempre formas de comunicar entre si e com os outros”.

Também instituição de Trás-os-Montes pensa solicitar a ajuda dos estudantes sírios que frequentam o Instituto Politécnico de Bragança, para além de recorrer à linha tradução do Alto Comissariado para as Migrações, “onde estão sempre disponíveis”.

Outra possibilidade relatada por Catarina Maria é o recurso aos estudantes de uma escola da cidade, onde pessoas estrangeiras dominam o árabe.

Mais complicada está a situação das instituições de Ermesinde e do Pinhal Novo.

“Na zona sul é difícil arranjar tradutores, mas os jovens conseguem sempre comunicar entre eles. E temos sempre os gestos e os desenhos”, desdramatiza Mara Rebelo.

“É o problema que estamos a enfrentar na congregação, pois estamos com dificuldades em encontrar estudantes sírios na cidade do Porto. Porém, vamos aproveitar a experiência de duas instituições de Ermesinde que já estão a acolher refugiados”, revela Paulo Pacheco.

Em termos de instalações, todas as contactadas vão acomodar os menores nas suas instalações, tendo apenas algumas requalificado a nível de pintura e outros pequenos arranjos, não preparando especialmente os espaços.

Recorde-se que o acolhimento no âmbito deste programa de recolocação dura ano e meio.

“Findos os 18 meses, a CNIS pretende que a Segurança Social assumisse estes utentes”, defende Ana Rodrigues, argumentando: “A CNIS reconhece que se trata de um acolhimento de emergência, que não estava orçamentado e que é muito complicado porque são menores, mas terminados os 18 meses estes jovens deverão entrar nas vagas da Segurança Social, como qualquer outro menor nacional acolhido nas respostas já existentes”.

Convém referir que por cada menor acolhido no âmbito deste programa é atribuída uma verba inferior do que aquela estipulada por vaga, por exemplo, em Lar de Infância e Juventude, pela Segurança Social. Ou seja, cada instituição terá um considerável esforço financeiro a seu cargo, mas a que nenhuma olhou na hora de ser solidária.

«SPECIAL SKI»

# Esquiar a Serra da Estrela rumo à inclusão

A artificialidade da pista de neve não retira importância e nem diminui os benefícios da iniciativa «Special Ski», que levou 30 pessoas com deficiência intelectual a experimentarem as sensações de esquiar, a maioria pela primeira vez. Foi uma festa! Alegria era a rodos e até as quedas eram motivo de divertimento. Apesar dos corações incandescentes, o frio de rachar lembrava que se estava na Serra da Estrela.

“Professor, eu vou ver como é e só depois digo se faço”, asseverava, temerosa, a jovem ao docente que acompanhava um dos grupos que se reuniu no Ski Parque, em Manteigas, para uma aula de iniciação ao esqui. Mas, diga-se, que esta foi uma exceção no entusiasmo, expectativa e ansiedade que vivia o conjunto de 30 pessoas com deficiência intelectual que participou no «Special Ski», promovido pela Afacidase (Associação de Familiares e Amigos do Cidadão com Dificuldades de Adaptação da Serra da Estrela), com a colaboração do projeto «Ski4All».

Os sorrisos saltavam de uns rostos para os outros entre os jovens e menos jovens que, na maioria dos casos, fazia a sua estreia de esquis nos pés. Sim, porque se havia alguns participantes com 12, 13 anos, outros já ultrapassavam os 60 anos. Era um grupo misto, de diferentes idades, mas composto por gente entusiasmada e feliz com o momento.

Refira-se que, após os primeiros exercícios, a jovem que ainda no percurso para a pista dava conta ao professor dos seus receios, já se mostrava tão ou mais entusiasmada que os demais.

O grupo de 30 utentes das oito IPSS da região da Serra da Estrela e ainda do agrupamento de Escolas de Manteigas, orientados pelos monitores do «Ski4All», realizaram uma aula de iniciação, tal qual as aulas de iniciação que é dada a qualquer pessoa.

Começa-se por exercícios sem esquis, para que haja uma melhor adaptação às botas e de aquecimento muscular, seguiu-se uma série de exercícios apenas com um esqui e finalmente, com os dois esquis nos pés, descer a pista. Pista, naquele dia, sem qualquer neve – estava muito frio, mas nada de neve –, mas que permite a prática de esqui na mesma.

E bem, aí a festa atingiu o ponto alto. E nem as quedas eram motivo para esmorecimentos, amuos ou desistências. Cada queda era um momento festivo, com todos a baterem os bastões, por incitamento dos monitores. A alegria sentia-se no ar e todos queriam ir mais uma vez.

Quem ao longe visse o que se passava, dificilmente diria que se tratavam de pessoas com deficiência intelectual, tais eram as performances dos estreantes aprendizes de esquiador e tal era a alegria e o divertimento do grupo.



“Gostei muito desta atividade. Já cá estive uma vez, mas foi a fazer slide. Hoje foi ótimo”, disse, ao Solidarietà, Álvaro Rojão, 63 anos, utente da CERCIGuarda, sentimento tem expresso, por Sónia Antunes, utente da Afacidase: “Gosto muito de fazer desporto. Já tinha experimentado o ski e hoje foi muito bom, diverti-me bastante”.

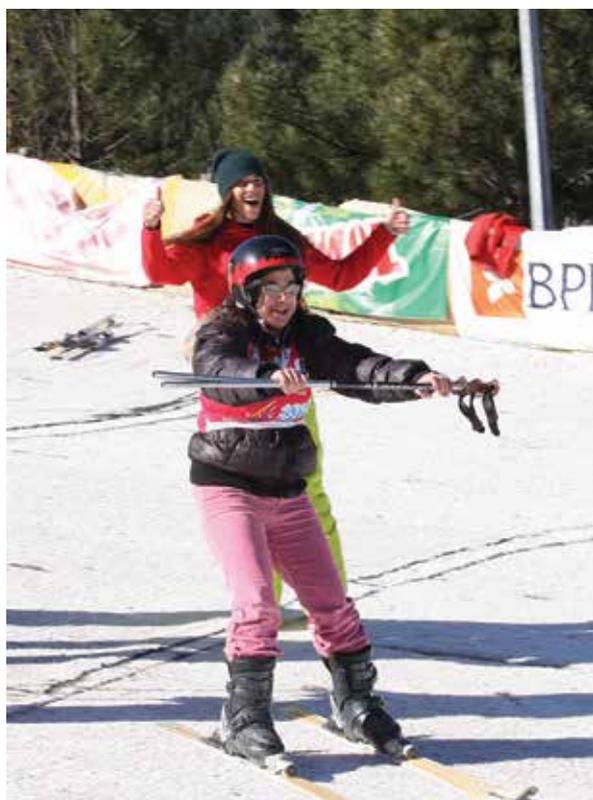
Para o técnico de Desporto da APPACDM da Covilhã, João Neto, “estas atividades são importantes a nível motor, mas a parte de motivação e autoestima é fundamental”, lembrando: “Hoje olhava-se para as caras deles e eles estavam felizes, caíam e levantavam-se e tentavam fazer melhor”.

João Neto, que também integra o Special Olympics Portugal, sublinha a importância para os utentes dos novos desafios que lhes são propostos: “Eles percebem que conseguem ultrapassar barreiras e que, apesar de serem diferentes, também conseguem fazer as coisas. As outras pessoas por vezes ficam muito admiradas porque eles conseguem fazer coisas que as pessoas pensam que eles não conseguem. Por exemplo, hoje houve alguns que conseguiram descer a pista de forma que outras pessoas que não têm deficiência não se atreveriam”.



Os benefícios da prática desportiva para esta população são o que levou a Afacidase a promover este «Special Ski», “desde logo, porque os jovens têm oportunidade de aceder à prática desportiva de uma modalidade de inverno, até então, desconhecida para eles”, refere Maria José Garcez, presidente da instituição de Manteigas, que acrescenta: “Por outro lado, à semelhança de outras práticas desportivas, o esqui contribui positivamente para os jovens apreenderem novos conceitos e técnicas e, em suma, aprendizagens que irão contribuir para reforçar a sua autoestima e bem-estar físico, psíquico e social”.

As mais-valias da prática desportiva e do convívio com os seus pares de outras instituições é



bastante importante para estas pessoas, como lembra a líder da Afacidase.

“Os jovens tornam-se mais autónomos, independentes, seguros de si e mais felizes por conseguirem realizações que, à primeira vista, poderiam parecer impossíveis aos olhos da maioria das pessoas ditas normais”, explica, afirmando: “A palavra que assoma mais rapidamente ao meu espírito quando pessoas com deficiência são confrontadas com atividades, mais ou menos, radicais e que implicam perícia, é coragem. Estes jovens avançam com grande determinação e abraçam estes novos desafios com enorme vontade e alegria”.

Isto é confirmado por João Neto, que lembra que “eles têm grande motivação e, normalmente, perguntam se há mais atividades”.

E, de facto, alegria e entusiasmo era o que se via e foi o que se viu durante todo o tempo que a experiência durou, logo desde o momento de vestir os fatos e calçar as botas especiais.

“Isto tem uma importância fulcral, porque desenvolve muitas faculdades a nível de coordenação motora, equilíbrio dinâmico e estático, e é atividade para a qual estão sempre aptos e prontos a desenvolver. Para nós é uma grande satisfação vê-los empenhados nestas atividades”, diz António Gomes, docente do Agrupamento de Escolas de Manteigas, e que levou quatro alunos com necessidades educativas especiais, realçando: “Isto vai refletir-se na parte pedagógica, porque ao desenvolverem a parte do equilíbrio ficam mais relaxados e nas aulas, em que eles têm que ficar 60% do horário em aula com os alunos ditos normais, eles vão estar mais relaxados, mais bem comportados, mais concentrados e aptos para a aprendizagem”.

João Neto não tem dúvidas: “A importância destas atividades é clara e, por isso, é que cada vez há mais instituições a terem técnicos de desporto a trabalharem com esta população, porque o desporto é uma ferramenta importantíssima de integração na comunidade de pessoas com deficiência intelectual”.

Especificamente o «Special Ski» é uma iniciativa que não faz mais do que aproveitar as



condições naturais e os equipamentos existentes na Serra da Estrela, tal qual as instituições do litoral aproveitam a praia durante o verão.

No caso concreto, com a colaboração do projeto «Ski4All», que integra o Plano Nacional de Desporto para Todos e foi considerado, pela Federação Internacional de Esqui, o 6º melhor projeto de iniciação no ano de 2016 no Mundo.

Com uma equipa de oito monitores, o «Ski4All» é o que se pode chamar «pacote completo». Para além das aulas ministradas, o projeto fornece ainda uma refeição, que é composta por sopa, piza, sumo e sobremesa. Outra festa no Ski Parque, aliás como também é sempre quando a população são crianças, segundo Ricardo Pires, responsável pelo projeto que conta com alguns patrocinadores que fornecem a refeição.

O «Ski4All» começou por movimentar mil crianças (2014), cresceu para 1.200 no ano seguinte, fechou 2016 com 1.500 e já tem garantidas 1.800 participações para o corrente ano. O custo é de 30 euros por criança, sendo que um euro reverte para um fundo do projeto com a finalidade de fazer uma iniciativa com crianças carenciadas.

ADM Estrela, CERCIGuarda, Associação Cristã Paz e Bem, ASTA (Associação Sócio-Terapêutica de Almeida), as APPACDM da Covilhã e do Fundão, o Centro Social Paroquial de Dornelas e o Agrupamento de Escolas de Manteigas foram as instituições que partilharam a iniciativa da Afacidase.

“Faz parte do nosso ADN o estabelecimento de parcerias com instituições congêneres,

entidades e empresas de cariz regional, nacional e internacional, porque entendemos que o «sol quando nasce é para todos» e juntos somos mais fortes e conseguimos chegar mais longe, resultados maiores e melhores em todos os sectores da vida institucional”, sustenta Maria José Garcez, que acrescenta: “Estas e outras atividades promovem o convívio, a troca de experiência, a vivência de novos desafios em conjunto, marcam cada encontro e difundem o fortalecimento das relações. A troca de experiências para além de permitir ampliar conhecimentos, clarifica a visão sobre as causas em que acreditamos e, com frequência, dessa partilha resultam soluções que nos ajudam no dia-a-dia”.

Para a presidente da instituição de Manteigas, “o envolvimento das instituições, da comunidade, dos parceiros e das entidades são fundamentais para debelar o estigma da deficiência e promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva”.

A iniciativa «Special Ski» serviu ainda para a apresentação do movimento Special Olympics e a forma como as instituições que apoiam populações com deficiência intelectual podem aderir e participar.

A apresentação coube a João Neto e contou com a presença de quatro medalhados nos Jogos Mundiais: Gonçalo Maria (Los Angeles 2015), Vítor Carvalho (Xangai 2007), Steve Sá (Antuérpia 2014) e Sónia Antunes (Los Angeles 2015).

O SOLIDARIEDADE, pela pertinência informativa, voltará a este tema em breve.



POBREZA

# Portugal defende medidas específicas para grupos vulneráveis

A secretária de Estado da Inclusão defendeu na ONU que a erradicação da pobreza requer “medidas estratégicas” dirigidas aos grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência, migrantes, refugiados e minorias étnicas e religiosas.

Ana Sofia Antunes participou na Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, este ano dedicada ao tema “Estratégias para a erradicação da pobreza para alcançar um desenvolvimento sustentável para todos”.

Na sua intervenção, divulgada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a governante afirmou que “Portugal está profundamente comprometido e empenhado” na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enumerando várias medidas para cumprir o objetivo número um: erradicar a pobreza.

Entre as medidas, apontou o Programa de Combate à Pobreza Infantil até 2030, o reforço da proteção dos idosos através do Complemento Solidário, a revisão do Rendimento Social de Inserção e uma nova estratégia para erradicar a situação das

pessoas sem-abrigo até 2030.

“Em todas estas medidas, teremos em conta o impacto da pobreza em termos de género em todas as idades e em todos os grupos”, sublinhou a secretária de Estado da Inclusão para a Pessoa com Deficiência.

Lembrou ainda que a pobreza é um fenómeno multidimensional que pode adquirir várias formas em diferentes regiões do mundo, mas tem uma consequência comum: priva as mulheres e os homens, as raparigas e os rapazes, de realizarem todo o seu potencial e bem-estar.

A sua erradicação “requer medidas estratégicas, integradas e coerentes a todos os níveis, dirigidas aos vários grupos, como as pessoas com deficiência, os migrantes e os refugiados e as pessoas pertencentes a grupos étnicos e religiosos minoritários”, defendeu.

Como exemplo de uma medida para combater a pobreza entre grupos vulneráveis, Ana Sofia Antunes indicou a criação de uma prestação social para a inclusão, assim como a criação de modelos para a vida independente, permitindo que as

pessoas com deficiência tenham uma vida mais digna e autónoma.

Destacou também a situação, em Portugal, dos desempregados de longa duração que “enfrentam dificuldades especiais no regresso ao mercado de trabalho, especialmente aqueles com 50 anos”, que também são uma questão prioritária.

“No entanto, atualmente, para muitos trabalhadores pobres, o trabalho não significa um salário decente, nem apenas condições de trabalho, nem uma proteção social adequada”, lamentou.

Para a governante, é necessário trabalhar “em direção a um sistema sustentável que assegure uma prestação mínima que não deixe ninguém para trás, como claramente expressa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

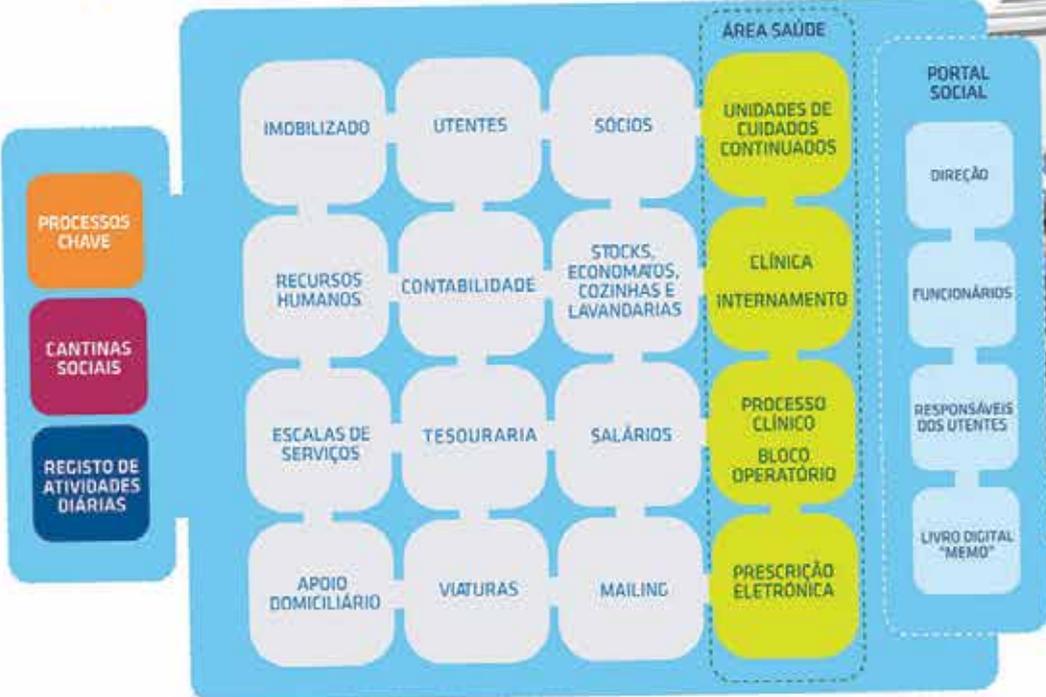
A Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, que se reúne anualmente em Nova Iorque, existe desde o início da ONU, funcionando como um órgão funcional do Conselho Económico e Social. Portugal foi eleito membro desta Comissão em fevereiro de 2016.



**SOFTWARE ESPECÍFICO  
PARA A ECONOMIA SOCIAL**

**MAIS DE 3000 CLIENTES**





**FORMAÇÃO'17**

consulte já as novidades em [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA



ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)

F3M Information Systems, S.A. | [contacto@f3m.pt](mailto:contacto@f3m.pt) | [info@f3m.pt](mailto:info@f3m.pt) | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt) | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

FIM DAS CANTINAS SOCIAIS

# CNIS diz que substituição por cabazes alimentares é uma boa medida

O presidente da CNIS considera “uma boa medida” a substituição das cantinas sociais por distribuição de cabazes alimentares, afirmando que é “mais dignificante” para as pessoas poderem confeccionar refeições em casa.

A declaração do padre Lino Maia surge na sequência do anúncio da secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, de que o Governo vai substituir o modelo de cantinas sociais pela distribuição de cabazes alimentares aos mais carenciados, recorrendo a fundos comunitários.

Para o presidente da CNIS esta mudança “é oportuna” e “um passo significativo”, na medida em que não acaba com as cantinas sociais, mas proporciona que as pessoas possam cozinhar em casa.

“As cantinas sociais continuarão a ser uma resposta para quem não tem condições para fazer a própria refeição”, mas “quem puder confeccionar a sua própria refeição, e precisar, receberá alimentos. Penso que isto é uma boa medida”, disse o padre Lino Maia.

A distribuição de alimentos será feita através do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC) e irá beneficiar cerca de 60 mil pessoas.

Os beneficiários vão receber cabazes alimentares, que integram na sua composição carne, peixe e legumes congelados, com o objetivo de cobrir as suas necessidades nutricionais diárias em 50%, adiantou Cláudia Joaquim.

Fazendo um balanço das cantinas sociais, uma medida do Programa de Emergência Alimentar, apresentado em 2011 pelo anterior Governo, o padre Lino Maia considera que foi “uma medida importante de emergência” e que a CNIS apoiou.

“Havia muitos casos de pessoas que (...) pela pobreza envergonhada ou porque estavam em situação de muita fragilidade precisavam de ter uma refeição e foi uma garantia que ninguém ficou com fome ou sem acesso a uma refeição bem confeccionada e bem servida”, sublinhou.

Contudo, “era um programa de emergência, situado no tempo, não era para se eternizar”, até porque “é mais dignificante que quem pode confeccionar a refeição o faça”, pois é também uma maneira de a pessoa “se ir valorizando”.

Sobre os números da frequência de cantinas sociais, o padre Lino Maia diz que foram “mudando de ano para ano”, situando-se em cerca de 50 mil pessoas.

“Os Acordos de Cooperação são mais amplos, mas, na realidade, não estão mais de 50 mil pessoas a frequentar diariamente as cantinas sociais”, frisou.

Um relatório de avaliação das cantinas sociais, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aponta que mais de 90% dos beneficiários consumiram menos de duas refeições por dia nestes refeitórios e 72% levaram a refeição para consumir em casa.

Para os autores do estudo, as características dos beneficiários “não parecem justificar uma resposta de apoio alimentar centrada exclusivamente no fornecimento de refeições confeccionadas”.

“O custo decorrente do modelo em que assenta a medida (exclusivamente refeições confeccionadas) pode ser injustificado atendendo ao que parecem ser as necessidades da população que beneficiou da medida”, refere o estudo.

O documento admite ainda que “este custo possa ser reduzido, beneficiando idêntico número de pessoas, se se optar por um modelo centrado na distribuição de alimentos, com custos per capita mais reduzidos”.

O estudo concluiu ainda existir uma “distribuição territorial desequilibrada”, um “sobredimensionamento da oferta de refeições” e a “inexistência de mecanismos sólidos de controlo da execução física e financeira da medida”.

Também o investigador Vasco Almeida, do Instituto Miguel Torga e autor de um estudo sobre as cantinas sociais, considera positiva a substituição deste modelo pela distribuição de cabazes alimentares, mas diz que deve ser acompanhada de medidas estruturais de política económica.

“Apesar das vantagens, que são inegáveis, temos de ver que é sempre uma medida paliativa. É obviamente necessária enquanto houver situações de carência económica, mas devia ser acompanhada de medidas estruturais de política económica e de política social fundamentadas no crescimento económico e na criação de emprego e promoção de inclusão social”, defende Vasco Almeida, autor do estudo que alertou para o perigo de as cantinas sociais fomentarem a desigualdade e a exclusão social.

Sobre o facto de o FEAC, que financia esta medida, ter uma data de vigência definida, o investigador lembra: “Poder-se-á cair na mesma situação de indefinição e de medida temporária, tal como aconteceu com as cantinas sociais”.

“Se o fundo acaba em 2020 tem de ser pensada uma alternativa e está na altura de pensar em medidas de fundo e que visem o combate à pobreza e a verdadeira inclusão social”, sustenta Vasco Almeida.

“Durante o estudo que fiz sobre as cantinas sociais tive a oportunidade de falar com os mais variados técnicos que estavam no terreno, quer da Segurança Social quer das Instituições Particulares de Solidariedade Social, várias vezes a frase que me foi dita era que a medida dava o peixe, mas não ensinava a pescar e que o desmame ia ser sempre difícil”, sublinhou.

No estudo que elaborou sobre as cantinas sociais, que criticava por ser uma medida temporária e não abrangente, Vasco Almeida apontava também a necessidade de o Estado ser não só financiador, mas também regulador.

Vasco Almeida lembrou, aquando da

apresentação pública do estudo, que o Governo pagava a cada IPSS 2,5 euros por refeição para acrescentar que haverá instituições que não se norteiam por uma ação solidária mas que, ao contrário, poderão estar a ver nesta contribuição “uma forma de arranjar um suplemente financeiro”.

Mais de metade (58,6%) dos concelhos de Portugal Continental tiveram uma ou duas cantinas sociais, mas há casos em que esse número triplicou face ao estimado e noutros, como no Porto, que ficaram muito aquém das necessidades.

A conclusão faz parte do relatório de avaliação das cantinas sociais do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, segundo o qual “a implantação das cantinas no território” apresenta “uma distribuição desequilibrada face à população” com maior vulnerabilidade e carências económicas.

Segundo o estudo, o distrito do Porto não ultrapassou, entre 2012 e 2015, as 3.800 refeições protocoladas por dia, enquanto distritos como Faro e Santarém chegaram a ultrapassar as 4.200.

Já o distrito de Portalegre, dos menos populosos do país, apresenta um número de 2.256 refeições por dia.

Mais de metade dos beneficiários das cantinas sociais, em 2015, eram homens, com menos de 65 anos e com rendimentos inferiores a 201,53 euros.

Analisando a evolução do número de beneficiários, os dados indicam que havia cerca de 31 mil em outubro de 2014, 34,5 mil em abril de 2015 e 33 mil em novembro de 2015. Ao longo deste período, foram cerca de 17.000 os beneficiários que se mantiveram nas cantinas sociais.

Traçando o perfil dos beneficiários, o estudo indica que mais de metade (54%) dos cerca de 33 mil beneficiários em 2015 eram homens, cerca de 68% tinham entre os 18 e os 64 anos, 25% eram crianças e jovens, 6,5% tinham mais de 65 anos e 7% eram pessoas com deficiência.

De acordo com o estudo, a maioria dos agregados, em 2015, tinha “rendimentos que cumprem o conceito de carência económica usado pela Segurança Social (valor per capita igual ou inferior à pensão social, 201,53 euros)”.

O relatório aponta também para um “sobredimensionamento da oferta das refeições”, com uma taxa de execução de cerca de 41%, em 2012, 68%, em 2013, 83% em 2014 e 87% em 2015.

Neste período, foram protocoladas 35.000 refeições, por dia, em 2012, subindo para um valor máximo de 49.900 refeições em 2014 e para 48.400 refeições em 2015. No primeiro semestre de 2016 fixaram-se em cerca de 41.000.

Relativamente à evolução dos custos da medida, o estudo revela que foram cerca de 5 milhões, em 2012, 28 milhões, em 2013, 37 milhões, em 2014 e 38 milhões, em 2015.

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

# Uma proposta comum para potenciar posição negocial

“Nós temo-nos uns aos outros e mais nada”, escreveu José Luís Peixoto, para o Teatro Meridional, em 2006, no texto «Amanhã». Aquela afirmação espelha, de certo modo, o espírito que guiou as três organizações do Setor Social Solidário a darem as mãos e a convergirem numa proposta comum de negociação do Protocolo de Cooperação com o Estado. Até porque “os desafios são os mesmos e a preocupação também, que é servir e cooperar”, defende o padre Lino Maia.

Está agendada para a primeira quinzena de fevereiro a primeira ronda de negociações entre as organizações do Setor Social Solidário e o Governo tendo em vista a assinatura de um renovado Protocolo de Cooperação, que deverá ter novamente a vigência de dois anos.

A grande novidade da negociação de 2017 é que as três organizações do Setor Social Solidário – CNIS, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas –, após articularem posições e preocupações, decidiram apresentar ao Governo uma proposta comum. Apesar de algum histórico de concertação de posições, esta é a primeira vez que o Setor Social Solidário se apresenta a negociar com o Estado como um bloco.

“As três organizações representativas do Setor Social Solidário já vêm articulando as suas posições e estudando os dossiês, mas agora julgámos oportuno, até por ser mais fácil para o desenvolvimento do diálogo com o Governo, apresentar uma proposta comum dos pontos mais importantes a abordar no Protocolo e das necessidades mais prementes às quais convém em, sede de cooperação, dar resposta”, começa por dizer o presidente da CNIS, que acrescenta: “Esta iniciativa é importante, aliás, já vinha sendo ensaiada e vai ser, certamente, replicada no futuro, não apenas em relação ao Compromisso de Cooperação, como em outras iniciativas”.

O líder da CNIS lembra que os pontos que unem as três organizações são muitos: “Estamos todos no mesmo Setor, enfrentamos os mesmos desafios, estamos todos irmanados na mesma vontade de responder aos desafios e de encontrar as melhores soluções e, por isso, articulando, partilhando conhecimento estamos no bom caminho”.

Unidas em torno de uma única proposta, as três organizações esperam não apenas fortalecer o seu poder negocial, mas de certa forma facilitar o próprio processo negocial que este mês se inicia.

“Terá um poder negocial mais forte e estará também mais facilitada a negociação. Até para o próprio Governo será melhor estarmos todos a abordar as mesmas questões do que uns a abordar uns assuntos e os outros outros. De facto, é



tudo comum, estamos todos confrontados com os mesmos desafios, com os mesmos problemas, pelo que concertar caminhos e vias de solução é o melhor. E repito, para o próprio Governo será mais fácil e assim se poderá acelerar mais a negociação, porque há um trabalho de base entre as três organizações, que apresentam uma proposta comum, e assim é apenas perante uma proposta que se irá refletir. Penso que é um melhor caminho”, argumenta o padre Lino Maia, sublinhando o que de positivo tem esta posição.

Esta concertação de esforços, que se reflete na proposta comum, dá mostras igualmente da união e da força do Setor Social Solidário em tempos de alguma incerteza. Se, por um lado, surgem intenções de aglutinar as organizações da Economia Social numa superestrutura, com todos os perigos da diluição do setor que isso acarreta, por outro, sabe-se da fragilidade da maioria parlamentar que suporta o Governo e da «desconfiança» que alguns dos partidos que o suportam têm face ao setor.

“Em relação à Economia Social, é bom que este Setor apresente uma voz audível, credível, concertada e que mostre que, de facto, há comunhão e unidade no Setor Solidário. Quando digo que este Setor não se pode diluir no global da Economia Social, estou também a dizer que é importante que marquemos a diferença pela positiva e pela nossa especificidade. Esta é também uma forma de o fazermos”, aponta o líder da CNIS, acrescentando: “Divididos nunca estivemos e este esforço de concertação, de diálogo, de comunhão já tem um percurso feito com resultados muito positivos. Agora, no fundo, isto vem consagrar este esforço, dar-lhe visibilidade e mesmo para os vários partidos políticos e para a sociedade assim aparecemos mais fortes e mais coesos, o que é importante”.

Para o dirigente máximo da CNIS chegar a um entendimento entre as três organizações do Setor Social Solidário não foi difícil, pois os anseios são semelhantes, tal como as preocupações e as dificuldades, salvaguardadas as devidas diferenças.

“ESTA INICIATIVA É IMPORTANTE, ALIÁS, JÁ VINHA SENDO ENSAIADA E VAI SER, CERTAMENTE, REPLICADA NO FUTURO, NÃO APENAS EM RELAÇÃO AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO, COMO EM OUTRAS INICIATIVAS”

“Foi muito fácil chegarmos a entendimento, pois, como disse, é um caminho que já vem sendo ensaiado e com resultados positivos. Apesar das especificidades de cada um – as mutualidades e as misericórdias têm-nas, tal como o grosso das IPSS é muito plural –, no fundo, os desafios são os mesmos e a preocupação também, que é servir e cooperar”, explica, reforçando a ideia: “Repito, servir e cooperar é a preocupação que temos e o que nos anima, por isso foi fácil, está a ser fácil. Não há uma entidade que represente estas três organizações, elas continuam a ter a sua autonomia e bem identificada, mas pode ser que no futuro até haja uma forma de consagrar esta comunhão que existe entre elas. Não vamos precipitar os acontecimentos, vamos continuar a aprofundar este diálogo. Não vamos começar a casa pelo teto, vamos caminhando porque penso que estamos a caminhar bem”.

Sem querer revelar o conteúdo da proposta a entregar ao Governo sem antes lha transmitirem de viva voz, o padre Lino Maia refere algumas das preocupações que conduziram as três organizações à elaboração da mesma.

“Não quero partilhar muito aquilo sobre o que vamos falar com o Governo antes reunirmos e gostava que a proposta quando viesse a público fosse já numa fase em que, mesmo que ainda não estivesse acertada a negociação, o senhor ministro já conheça a proposta que lhe vamos apresentar presencialmente”, salvaguarda, adiantando, no entanto, algumas questões que estarão em cima da mesa.

“Há um problema concreto que tem que ver com os custos dos serviços que prestamos e que têm vindo a crescer e é preciso responder a isso. O Estado é corresponsável pela sustentabilidade das instituições. Este é um assunto importante e vamos ver como é que vamos resolver esta questão”, começa por especificar, acrescentando: “É também necessário dar uma atenção importante a certas coisas que se passam nas nossas instituições. Isto é, cada vez os nossos utentes, em



especial na área dos idosos, são mais dependentes. E é importante que haja uma atenção especial a isto. Depois, o País não é igual e é importante que haja uma atenção à diferenciação das situações, acautelando sempre a sustentabilidade das instituições”.

O presidente da CNIS lembra que “há outros assuntos a abordar e mesmos estes têm que ser aprofundados com o Governo” para que se consiga não “um resultado ideal, mas o possível”.

Neste contexto e, por certo, preocupação maior para muitas instituições, as repercussões do aumento do salário mínimo para 557 euros serão igualmente alvo de atenção na negociação do presente Protocolo de Cooperação.

“Tenho notado da parte do Governo sensibilidade para esta questão e que vai de encontro ao que venho dizendo há muito. O Estado é corresponsável na sustentabilidade das instituições. O que as IPSS fazem é serviço público, que o Estado valoriza e comparticipa para que seja prestado”, começa por afirmar o presidente da CNIS, que salienta os elevados custos que as IPSS têm com as remunerações.

“A massa salarial nas instituições é muito forte, bastante mais de 50% das despesas das instituições são com salários, pelo que qualquer mexida nas remunerações tem um impacto muito grande. Se na economia em geral os custos com salários anda entre os 13 e 15%, no nosso Setor ultrapassa largamente os 50% e há muitas instituições, nomeadamente as mais voltadas para o apoio a pessoas com deficiência e a pessoas idosas, em que chega aos 70%”, revela, mostrando-se convicto que do lado do Estado há consciência desta situação: “Estou convencido, porque tenho visto sinais do Governo, o próprio primeiro-ministro já disse estar atento à situação, que vamos encontrar uma resposta que não será a necessária, mas a possível, porque sei que os recursos são finitos. E cada vez mais a sociedade, porque envelhecemos mais, necessita de mais apoios e não se está a criar riqueza suficiente para a prestação destes apoios. Há que ter isto em atenção, provavelmente há caminho que ainda não se percorreu e que é importante

percorrer para que não cresçam demasiado os custos e cresça, sim, a qualidade dos serviços. É uma matemática um bocado difícil, mas se continuarmos a apostar na moderação, no bom senso, e se alguns serviços do Estado abandonarem aquela prática persecutória em relação às instituições, penso que vamos conseguir algo positivo”.

Por altura da revogação, em sede de Assembleia da República, do Decreto-lei que reduzia a Taxa Social Única a pagar pelos empregadores em 1,25%, na sequência do acordo na Concertação Social, o líder da CNIS já tinha afirmado que o aumento do valor dos Acordos de Cooperação terá que ser “bastante superior à inflação”.

“Até porque a inflação, em Portugal, no ano passado está estimada em 0,6%, mas nas IPSS, exatamente porque tem grande importância a massa salarial, a inflação é muito superior”, disse na altura o padre Lino Maia, ressaltando, pois “é importante que não restem dúvidas”, que “a CNIS é a favor do aumento do salário mínimo nacional”.

Para melhor perceber o impacto deste aumento nas IPSS, a CNIS levou a cabo um estudo que irá a breve trecho apresentar ao Governo.

Ciente da sensibilidade dos governantes para a situação, o padre Lino Maia diz-se moderadamente otimista.

“Tenho um otimismo moderado. Nenhum de nós vai dizer que conseguiu o ideal, mas dando as mãos e sabendo das dificuldades vamos procurar responder”.

Recorde-se que o último Protocolo de Cooperação entre o Setor Social Solidário e o Estado foi assinado em dezembro de 2014, com o Governo liderado pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e dizia respeito ao biénio 2015-2016. No verão de 2016, já com o novo Governo em funções, foi rubricada a Adenda 2016, no qual, entre outras questões, foi assegurada uma atualização de 1,3% com efeitos a janeiro. Também o novo protocolado terá retroativos a janeiro de 2017.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

**PADRE JOSÉ MAIA**  
jose.maia@cic.pt

# Reduzir a pobreza, distribuindo a riqueza

Das muitas conferências que se vão realizando um pouco por tudo quanto é sítio, a propósito dos “porquês” de tanta pobreza, resalta sempre para a comunicação social esta já estafada receita: “precisamos de uma nova economia”!

Mas apetece perguntar: “que raio de economia é essa” de que todos falam mas ninguém aplica?

A economia que temos, a nível mundial, nuns países mais que noutros, gera riqueza que poderia reduzir a pobreza, se a riqueza criada fosse equitativamente distribuída!

Por mais que certas correntes de opinião e lideranças políticas, hoje muito em voga, pretendam querer provar, não são os milhões que se gastam com os pobres, através de políticas sociais, que desequilibram os lucros dos ricos (países e pessoas).

Porque será que tanta gente critica apoios sociais aos pobres e é tão complacente com biliões de milhões de milhões (tantos, que a gente nem sabe contar!) acumulados por um sistema financeiro que se tem apropriado da riqueza produzida, por quem trabalha e poupa, para a retirar do circuito legal da economia e das

finanças, repartindo-a por “castas” que não sabem o que é trabalhar com o “suor do rosto” e o “desgaste da mente”?

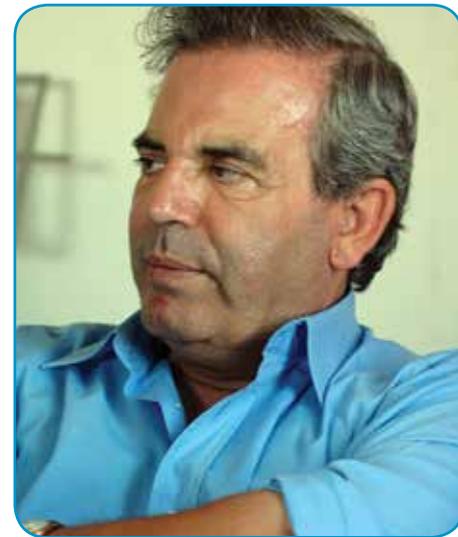
A este respeito, permito-me transcrever algumas declarações do Papa Francisco proferidas num Encontro de 1.110 empresários que teve lugar, no Vaticano, no recente dia 4 de fevereiro, a propósito da ECONOMIA DE COMUNHÃO (que é uma “outra economia”):

Disse o Papa Francisco: “...os 25 anos da história da Economia de Comunhão confirmam que a comunhão e as empresas podem crescer lado a lado.

**Comunhão é a multiplicação dos bens para todos. A economia de hoje precisa da alma dos empresários da fraternidade respeitosa e humilde.**

É preciso compartilhar mais os lucros para combater a idolatria do dinheiro “.

De salientar estas declarações de um dos muitos empresários “praticantes” desta economia de comunhão: **“o lucro é relativizado... não é só dinheiro! Por regra, da componente financeira, um terço é para investir, outro**



**para os pobres e outro para potenciar iniciativas sociais”.**

Numa primeira leitura, isto parece “música celestial”! Porém, em Portugal existem 14 empresas ligas à Economia de Comunhão. No mundo são já 800 empresas.

Se à **globalização dos lucros** resultantes de mais receitas à custa e redução de custos (por via de tecnologias que substituem as pessoas) correspondesse igual **globalização na forma de distribuir**, em percentagens decentes, **as amplas margens de lucros** pelos milhões de pessoas que se vão sentindo “desempregadas” pelas máquinas/tecnologia... não teríamos um mundo mais justo? Precisamos mesmo de uma **nova economia, mas de rosto humano!** Esperemos que “**novas gerações de economistas**” a venham a construir!

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
ajsilva@sapo.pt

# Custa a crer

Nos Estados Unidos, nunca um presidente eleito chegou à Casa Branca envolto num clima de tanta esperança, como aconteceu com Barak Obama. E mesmo aceitando que ficou longe de corresponder a tamanha expectativa, temos de reconhecer que ele terá um lugar de honra na galeria dos presidentes americanos, e por motivos que ultrapassam o simples facto de ter sido o primeiro negro a ocupar aquele lugar. Em contrapartida, hoje, temos razões para afirmar que dificilmente um presidente eleito chegou à Casa Branca envolto num clima de tanto cepticismo, senão mesmo de negação, como aconteceu com Donald Trump. É verdade que este clima que envolveu a tomada de posse do novo presidente americano foi visível sobretudo fora dos Estados Unidos, e o nosso país é um exemplo acabado desse sentimento. De qualquer modo, esse clima não não melhorou em nada desde que tomou posse, e poderíamos acrescentar mesmo que ele tudo tem feito para o agravar.

É difícil imaginar como é que um homem, aparentemente tão pouco dotado para a empatia

política, chegou onde chegou, depois de vencer, em primeira instância, prestigiados concorrentes do seu próprio partido e, depois, um adversário com o currículo e o nome de Hilary Clinton. É certo que nenhum político ganha eleições só pela força da sua comunicação, mas deve saber que os erros de comunicação ou na comunicação se pagam muito caro. Sempre que fala ou escreve, Trump arrisca-se a provocar uma crise, dando a impressão de não medir o impacto das suas próprias palavras, e pondo-se a jeito para ser atacado mais fortemente e mais à vontade.

No entanto, o ambiente criado à sua volta não se deve apenas ao seu estilo ou a erros de comunicação, embora estes tenham sido muitos e graves, como aconteceu logo na sua primeira conferência de imprensa. Sempre que fala ou escreve nas redes sociais, o novo presidente arrisca-se a prejudicar a sua própria imagem junto da opinião pública, interna e externa. Mas grande problema de Trump não está apenas no seu estilo pessoal ou governativo. Para não ser acusado de incumprimento de



promessas eleitorais, como acontece com quase todos os políticos, tomou, em poucos dias, um conjunto de medidas não só polémicas mas condenáveis parra milhares de pessoas, para as quais a América sempre representou a terra da promessa. Referimo-nos, particularmente, ao famigerado muro na fronteira dos Estados Unidos com o México, cuja construção, deve dizer-se, foi iniciada nos mandatos de Barak Obama, e ainda à sua política migratória.

Independentemente de todas os motivos, subjacentes a estas e outras decisões, custa a entender como é que um homem com as características de Trump chegou a presidente dos Estados Unidos...

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do  
Centro Social de Ermesinde*

# Não há mal que sempre dure...

**1** - O debate sobre a redução da contribuição patronal para a TSU, em 1,25%, foi o acontecimento político interno que marcou de forma mais intensa o espaço público neste início do ano.

Lembremos os traços eventuais das divergências manifestadas e fixemos, ad perpetuum rei memoriam, os seus actores:

Tudo começou com a decisão do Governo, de aumentar, a partir de 1 de Janeiro de 2017, a Remuneração Mínima Mensal Garantida – vulgo, o salário mínimo nacional –, de 530,00 euros para 557,00 euros, em cumprimento de compromisso entre o PS e o Bloco de Esquerda, compromisso que constitui um dos pilares da actual solução governativa.

Não obstante essa decisão previamente fixada, o Governo quis levar o tema à Concertação Social, a fim de lograr um consenso político e social mais amplo, convencendo patrões e trabalhadores, através dos seus representantes na CPCS, a acolher o decretado aumento do salário mínimo e promover junto dos seus representados o cumprimento dessa medida.

Os representantes das associações patronais e a UGT, na Concertação Social, firmaram, com o Governo, o acordo quanto ao aumento em causa, fazendo acompanhar essa medida de um conjunto de outras medidas compensatórias do efeito do aumento dos salários na tesouraria das empresas, designadamente através da diminuição da TSU, a cargo das entidades patronais, em 1,25%.

Na sequência desse acordo na Concertação Social, o Governo levou a cabo a consagração legislativa dessa redução da taxa contributiva, através de um decreto-lei – que o Bloco de Esquerda e o PCP, no âmbito das competências da Assembleia da República, chamaram à ratificação parlamentar.

Na Assembleia da República, pelos votos combinados do Bloco de Esquerda, do PCP e do PSD, numa coligação improvável, a medida de redução da taxa contributiva, acordada na Concertação Social, foi revogada, mantendo-se sem alteração a TSU patronal.

Fora do círculo – melhor dito, semi-círculo – parlamentar, as confederações patronais e a UGT alinharam com as posições do Governo e do PS e a CGTP com as do Bloco de Esquerda, do PCP e do PSD.

**2** - O debate foi aceso, no Parlamento e fora dele, sobre o conjunto das medidas, quer do aumento do salário mínimo, quer das medidas compensatórias, deslizando, por vezes, para questões conexas, ou laterais, ao debate, mas com consistência política e social para justificar um atenção específica nelas.

Destas, uma houve que me causou perplexidade sincera (embora, como escrevia o Pessoa, “quando falo com sinceridade, não sei com que sinceridade falo”).

Trata-se da comparação que fez o Bloco de

Esquerda – chamando, aliás, reforços à liça, como Francisco Louçã –, acompanhado do líder da CGTP, estabelecendo uma espécie de identidade entre a Concertação Social do regime democrático e a Câmara Corporativa da ditadura do Estado Novo.

A Concertação Social seria, segundo a sua versão, assim como uma espécie de Comissão de Conciliação, ao oferecer um quadro de negociação e transacção entre patrões e trabalhadores e enfraquecer, em consequência, a conflitualidade própria da luta de classes.

A representação popular está no Parlamento – diziam os opositores ao diploma do Governo – enquanto a Concertação Social se limitaria a representar interesses particulares, com predominio dos representantes do capital.

A minha perplexidade reside – ou não, consoante a sinceridade com que falo – no facto de a Câmara Corporativa ser, em seu tempo, constituída por representantes dos organismos corporativos ou dos interesses orgânicos – grêmios, casas do povo, ordens profissionais, universidades, autarquias locais, províncias ultramarinas, sindicatos corporativos, ... –, todos de alguma forma dependentes da autocracia que nos governava; e de as entidades que integram a Concertação Social dos nossos dias – e o Conselho Económico e Social, de que a CPCS constitui um órgão – constituírem manifestações autónomas da sociedade civil, independentes do Estado e legitimadas pela Constituição para o exercício da representação democrática dos interesses das partes nas questões de natureza económica e social.

Causa-me estranheza, com efeito, comparar à Câmara Corporativa uma entidade onde estão representadas, por direito próprio, a CGTP-Intersindical Nacional, ou a UGT – União Geral dos Trabalhadores, que constituem elas próprias manifestação visível da liberdade de organização sindical dos trabalhadores no Portugal democrático.

E que são, por isso, a antítese do Portugal salazarento e das suas instituições.

Aliás, “democracia orgânica” – para a distinguir da democracia “individualista” – era a qualificação constitucional do regime de então.

(Já agora, uma outra pequena nota de desconforto, esta mais ligada aos afectos: a CNIS integra, por direito próprio, o CES – Conselho Económico e Social –, de que, como vimos, a Comissão Permanente da Concertação Social constitui um órgão.

Ora, se os membros da CPCS – centrais sindicais e confederações patronais – são equiparados aos organismos corporativos, e à sua representação de cúpula, a Câmara Corporativa, por maioria de razão o serão os organismos que compõem o CES – que acolhe, para além de sindicatos e associações patronais, muitos outros representantes de interesses orgânicos.

Entre eles, a CNIS, como vimos.

É caso para dizer: vão chamar Câmara Corporativa a outros ...!)

**3** – Teve uma vantagem o debate: trouxe à boca de cena, numa quase unanimidade que é de assinalar, a preocupação manifestada a propósito do impacto do aumento do salário mínimo no universo das Instituições Particulares de Solidariedade Social e o cuidado em amortecer esse impacto através de específicas medidas compensatórias.

Desde o próprio Primeiro-Ministro, num registo até agora inédito, até ao Líder do Grupo Parlamentar do PS, desde o Presidente do PSD ao Líder do Grupo Parlamentar CSD e ao Secretário-Geral da UGT, todos tiveram ocasião de reconhecer, com solenidade e franqueza, o papel do Sector Solidário na coesão social e na luta contra a pobreza – e a necessidade de preservar as suas condições de funcionamento e os mais de 200.000 postos de trabalho existentes no Sector.

Têm razão: as Instituições de Solidariedade Social entendem que é justa a actualização da RMMG e consideram-se parte da coligação para o combate à pobreza, designadamente pelo reforço dos rendimentos do factor “trabalho”, com vista à aproximação da política de rendimentos em Portugal da média europeia, naquilo a que Maria João Rodrigues chama “convergência social ascendente”.

Essa unanimidade entre os subscritores do Compromisso de Médio Prazo na CPCS já teve tradução formal.

Na Adenda ao Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo, assinada, em 3 de Fevereiro, pelo Ministro do Trabalho, pelo lado do Governo, e pelos dirigentes das confederações patronais e pela UGT, pelos parceiros sociais, ficou estabelecido: “O Governo irá negociar com os representantes do sector social, em sede de Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, a actualização da comparticipação da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação celebrados com as instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, para o desenvolvimento de serviços e respostas sociais, relativamente aos quais as despesas com pessoal tenham sofrido impactos substanciais decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de Dezembro.”

**4** - A CGTP sempre acabou por não assinar: nem o Acordo, nem a Adenda.

Nem tomou posição pública de defesa das medidas compensatórias para o Sector Solidário.

Ficou a faltar essa fala ...

APPACDM PORTO

# Centro de Reabilitação e Bem-Estar aberto a outras IPSS da cidade

Era um desejo antigo que em janeiro viu a luz do dia. A APPACDM Porto inaugurou o Centro de Reabilitação e Bem-Estar, único equipamento do género a Norte do País, e que nasceu no espaço da piscina que há uma década estava desativada. Desta forma, a instituição não só oferece uma resposta de maior qualidade, como reaproveita os espaços da instituição.

O Centro de Reabilitação e Bem-Estar é o mais recente equipamento da APPACDM Porto e através do qual a instituição “procura não só a intervenção terapêutica, mas dar algum prazer à pessoa que está a utilizá-lo”, afirma Teresa Guimarães, presidente da instituição, que lembra os efeitos do relaxamento, da estimulação através da cor, do tato e do contacto com a água.

A finalidade deste espaço é criar “momentos de prazer, de relaxamento e, ao mesmo tempo, momentos terapêuticos”, explica, sublinhando: “A grande inovação deste projeto é combinar a água com o snoezelen. O ambiente snoezelen e a água proporcionam momentos de relaxamento fantásticos”.

O novo equipamento nasce no espaço da antiga piscina de 15 metros, “que funcionou durante muitos anos, mas que a dada altura se tornou insustentável, já que os custos de manutenção eram muito elevados”, e teve na sua génese o apoio de um arquiteto irmão de um utente.

“Começou-se, então, a desenhar este novo espaço, ou seja, acabar com a piscina e fazer um tanque mais pequeno”, e após algumas candidaturas para financiamento falhadas, no final de 2015 a Câmara Municipal do Porto aprovou um financiamento de cerca de 40 mil euros para o projeto.

“Este empurrão da autarquia foi muito importante, tendo depois congregado outros apoios, como, por exemplo, do colégio CLIP, ou do nosso padrinho André Villas-Boas, que ofereceu todo o equipamento do ginásio de fisioterapia”, destaca Teresa Guimarães, que revela a segunda fase do projeto: “Através de uma candidatura que apresentámos ao BPI Capacitar, vamos remodelar cinco salas terapêuticas, com o objetivo muito concreto de dar continuidade às terapias da Intervenção Precoce. Temos aqui muitas crianças que chegando aos seis anos saem do SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância) e, então, deixam de ter acesso a terapias que são fundamentais ao seu desenvolvimento. O nosso objetivo é proporcionar-lhes continuar a usufruir dessas terapias, agora fora do SNIPI. Obviamente, nunca será um serviço gratuito, porque não temos capacidade para tal, mas haverá uma participação social mínima”.

A prevista requalificação será feita em salas que já existem, mas que a instituição quer dotar



com material inovador e o mais multifuncional possível, porque “a ideia é também ir ao encontro das pessoas que não têm resposta em CAO, as que estão em lista de espera”.

Para além disso, e imbuída de um espírito de partilha, a instituição, porque também não utiliza a cem por cento a infraestrutura, está já a protocolar com outras IPSS a sua utilização.

“O espaço é tão bom que não o podemos guardar só para nós. Com os nossos clientes não o utilizamos totalmente, pelo que o disponibilizamos a outras instituições”, revela a presidente, frisando que há igualmente outra intenção: “Também a pensar na sustentabilidade da estrutura, que consome muita energia, tem elevados custos com o tratamento da água, etc.”.

O Centro de Reabilitação e Bem-Estar agora inaugurado orçou em 84 mil euros e “está totalmente paga”, sem que a instituição tivesse que recorrer a empréstimos, o que lhe garante alguma estabilidade financeira.

“As finanças da instituição estão melhor do que já estiveram e, neste momento, estão estáveis. Uma das principais preocupações da



Direção é, precisamente, a sustentabilidade da instituição”, daí não avançar para outros projetos que, para já, estão apenas em mente.

A APPACDM do Porto começou, como todas as demais, por ser uma delegação da estrutura nacional e tinha uma intervenção muito mais alargada, pois cobria os concelhos do Porto, Matosinhos, Gaia, Maia e Trofa.

“Na altura, o gigantismo que assume quase que impôs a separação de todos os centros. Estamos por volta do ano 2000 quando deixa

de haver delegações e todas estruturas se autonomizam. Primeiro a do Porto, de Gaia e a de Matosinhos e, mais tarde, a da Maia e a da Trofa”, conta Teresa Guimarães, que se apoia na história da instituição para lançar os olhos ao futuro: “É curiosa a história, porque se inicialmente era a Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança Diminuída Mental, ou seja, era muito virada para as crianças, era uma unidade de apoio educativo para crianças com necessidades educativas especiais, mais tarde o crescimento das crianças obrigou a que a instituição também se adaptasse a essa nova realidade. Passou a ser o apoio ao cidadão deficiente mental e é, nessa altura, que surgem as estruturas para jovens e adultos com os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO)”.

Esta evolução na resposta às necessidades dos utentes tem, segundo Teresa Guimarães, um novo desafio à sua frente.

“Hoje em dia temos uma nova realidade e esse é o grande desafio desta Direção e que é o envelhecimento. Felizmente, estas pessoas vivem cada vez mais tempo, posso dizer-lhe que estão aqui pessoas com Síndrome de Down com mais de 60 anos, que quando nasceram não era essa a esperança de vida delas, mas também os pais vivem cada vez mais tempo. Temos alguns pais de utentes com mais de 80 anos que ainda são os cuidadores dos seus filhos. E o nosso foco a nível da intervenção tem que virar também para lado”, sustenta, identificando o desafio da APPACDM: “Eles como envelhecem também vão perdendo faculdades, como todos nós, e é preciso estarmos preparados para isso. Preocupa-me muito não só o envelhecimento, com a perda de mobilidade e de faculdades, e a necessidade de termos que ir adaptando as nossas terapias e a nossa intervenção a essa realidade, mas também as famílias, que cada vez mais precisam de mais apoio. Os pais chegam a uma altura em que já não conseguem tratar dos seus filhos, pelo que se torna importantíssimo esse apoio”.

Esta preocupação com o envelhecimento da população utente já levou a APPACDM a tomar algumas medidas como o caso de todos os quatro CAO já terem uma sala de bem-estar, “para aquelas pessoas que já não querem participar nas atividades e pretendem estar mais calmas e tranquilas”, diz a presidente, acrescentando: “Procuramos ir sempre de encontro ao que os utentes querem e às suas expectativas e se a pessoa já não quer participar, tem a oficina de bem-estar, como lhe chamamos, para ficar”.

A instituição, atualmente, serve 165 pessoas em CAO, acolhe 53 em Lar Residencial, apoia cerca de 200 crianças através da Intervenção Precoce, apesar de apenas ter protocolado com a Segurança Social 106, e ainda 13 pessoas no Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência (CAARPD).

“Estamos, neste momento, a apresentar um projeto de alargamento à Segurança Social para esta resposta, até porque temos este espaço novo, o que é muito vantajoso para esta resposta e queremos alargar para 25 utentes”, revela Teresa Guimarães, explicando: “Basicamente, é um espaço onde se oferece uma resposta para quem não está em CAO através de algumas terapias de desenvolvimento, mas também pode incluir apoio jurídico, psicológico, serviço social. E também inclui terapias de integração sensorial,



psicomotricidade, ocupacional, da fala, etc.”.

Porém, a escassez de vagas em algumas respostas leva a que as listas de espera sejam vastas.

“Temos uma lista de espera grande, mas a maior é para Lar Residencial, apesar de termos uma bastante significativa para CAO. No entanto, muitos dos inscritos nessa lista de espera para Lar não são para agora, ou seja, os pais inscrevem os filhos para quando um dia não puderem cuidar deles terem onde os colocar. Grande percentagem da lista de espera para Lar é para o futuro”, realça, explicando a razão de a instituição acompanhar quase o dobro das crianças que tem protocoladas na Intervenção Precoce: “As crianças que são sinalizadas por uma questão qualquer para a Intervenção Precoce não pode ficar em lista de espera”.

A dispersão territorial da instituição levanta alguns problemas funcionais e de sustentabilidade pelo que a instituição sonha com algo maior e, acima de tudo, melhor para a instituição e para os utentes.

“Neste momento, temos um grande desafio pela frente e que se prende com a distância entre todas as unidades da APPACDM, o que torna a qualidade da nossa resposta muito pesada a vários níveis. O nosso grande desafio para o futuro será tentar concentrar mais as respostas. Como a legislação já permite que os lares residenciais acolham 30 utentes, uma das nossas ideias é de, em vez de termos quatro lares com 53 pessoas, termos apenas dois maiores com 30 pessoas cada. Iríamos conseguir ganhos muito importantes”, argumenta, lamentando, porém, os obstáculos financeiros: “Isto é algo que exige investimento e, apesar de gozarmos uma maior estabilidade financeira, não estamos em condições de avançar com essa intenção”.

Com o Centro de Reabilitação e Bem-Estar inaugurado, as requalificação das cinco salas terapêuticas quase em marcha e a «reunião» dos lares residenciais adiada, a APPACDM Porto tem já em movimento um outro projeto, mas este de valorização dos seus utentes.

“É um outro projeto que teve financiamento

aprovado no final de 2016 pela Câmara do Porto e que consiste em, através do ténis e do futebol, fazer dos nossos utentes formadores das AEC nas escolas primárias do concelho. É um projeto que vai ser dispendioso, mas é muito inclusivo e vai nesta linha de os colocarmos na comunidade”.

Se a velhice preocupa os responsáveis pela instituição, a inclusão destas pessoas na sociedade, em especial dos mais jovens, é a prioridade.

“Existem grandes desafios para o futuro, mas que vão nascer com as gerações de agora, não será com as pessoas com deficiência que têm agora 30 ou 40 anos, porque até a mentalidade dos pais é diferente. Os pais antigamente queriam um espaço onde os seus filhos fossem acolhidos e protegidos e o que queriam era o bem-estar deles, não se preocupavam tanto com o resto. Hoje os pais preocupam-se com as atividades que desenvolvemos, mas penso que os pais do futuro serão ainda mais diferentes”, sustenta Teresa Guimarães, concretizando: “Estão agora a nascer crianças que os pais não querem em CAO, querem-nos na comunidade e querem que o apoio das instituições seja para os colocar lá fora na comunidade e não mantê-los dentro das instituições. De qualquer forma, há sempre um trabalho de CAO, não diria profissionalizante, que se pode fazer, mas para prepará-los o mais possível para o mercado de trabalho e dar-lhes aí o acompanhamento. Penso que podemos ir muito por aí, ou seja, preparar as pessoas para pequenas tarefas fora da instituição e acompanhá-las”.

No entanto, a dirigente lembra que “há sempre aquela população mais dependente para as quais é necessário ter sempre a melhor qualidade de resposta”, reafirmando que “os pais do futuro estão mais voltados para que os seus filhos estejam fora da instituição”.

Suspenso desde 2006, o Cridem – Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual regressou em 2016. A 14ª edição do Cridem, organização da APPACDM Porto, contou no retorno com a participação de 70 instituições de todo o País, estando a próxima edição prevista para 2018.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



GERTAL  
ITAU  
CERGER  
SOCIGESTE

STRONG  
ALARMIBÉRICA  
IBERLIM  
NOVA SERVIÇOS  
A TEMPORÁRIA

SOGENAVE  
SERDIAL  
BIOSOG  
FEB

TICKET  
PAPIRO  
FLEXBEN  
B2B

SINAL MAIS  
CLIMAMOR  
UPK

O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA. LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



Diferentes empresas da Trivalor SGPIS, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

**STRONG**  
Alvará: 41 A - 14121999, 41 C - 14121999, 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 06 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



## CANCRO

# Doença mata 8,8 milhões por ano em todo o mundo

Todos os anos 8,8 milhões de pessoas em todo o mundo morrem de cancro, com os carcinomas do aparelho respiratório a provocarem o maior número de mortes, segundo as últimas estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os novos dados, publicados na véspera do Dia Mundial contra o Cancro, baseiam-se em números de 2015, os mais recentes disponíveis, e revelam um aumento de 8,1 milhões de mortes anuais em 2010 para 8,8 milhões.

Segundo estes dados, atrás dos tumores do aparelho respiratório (cancro da traqueia, brônquios e pulmão), que causaram 1.695.000 mortes, situam-se os do fígado (788 mil mortes), do colon e reto (774 mil), do estômago (753.600) e da mama (571 mil).

Os seguintes cancros mais mortíferos no mundo são os do esófago (415 mil mortos), do pâncreas (358 mil), da próstata (343.800), dos linfomas (343.500) e da boca e faringe (319 mil).

Em relação às diferenças de género, dos 8,8 milhões de mortos, quase cinco milhões correspondem a homens e 3,8 milhões a mulheres.

Concretamente, das 8.764.318 mortes em 2015, 4.982.423 corresponderam a homens e 3.780.895 a mulheres.

Os tumores mais mortíferos nos homens foram os do aparelho respiratório (1.174.000 mortes), seguidos dos do fígado: 554 mil óbitos.

Para as mulheres, o tipo mais mortal de cancro foi o da mama (570 mil mortes), seguido dos tumores no aparelho respiratório (521 mil).

Relativamente às regiões do mundo divididas pela OMS, aquela que regista mais casos de cancro é o Pacífico ocidental (onde se situa a China), com 3.074 mil óbitos anuais.

Destes, 785 mil eram tumores do aparelho respiratório e outros 488 mil cancros do fígado.

Segue-se a região do sudeste asiático, onde se registaram 1.310 mil mortes em 2015: 178 mil no aparelho respiratório, seguidos dos da

boca e faringe: 134 mil.

Na região das Américas registaram-se em 2015 cerca de 1.298 mil mortes ligadas ao cancro, dos quais 257.400 tumores do aparelho respiratório e 124.575 do cólon e reto.

Na Europa, os cancros mais letais também são os do aparelho respiratório, com 413 mil óbitos, seguidos dos do colon e reto (261 mil), de um total de 2.101.000 de mortes.

Em África, 530 mil pessoas morreram de cancro em 2015, das quais 60.600 devido ao carcinoma do útero e 55.120 de cancro da mama.

O facto de os tumores mais letais em África serem os que apenas afetam as mulheres, faz com que o número de mulheres falecidas por cancro (283.500) seja maior que o dos homens (246.700), o que só acontece nesta região.

Na região do Mediterrâneo oriental registaram-se 393 mil mortes em 2015 por cancro, sendo os mais mortíferos os da mama (45 mil) e os do aparelho respiratório (31.800).

## SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,  
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



GESTÃO IMÓVEIS **NOVO**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS  
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE

ORDENADOS

Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CAT)

SOFTWARE MISERICÓRDIAS

PROCESSOS CLÍNICOS

SISTEMA INTEGRADO DE  
TESOURARIA

TSR - Utentes  
TSR - Bancos  
TSR - Associados  
TSR - Rendas  
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS  
IPSS

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

CONTROLO DE PRESENÇAS

entre outras



ASSISTÊNCIA REMOTA  
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA  
Gratuita



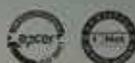
INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO  
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -  
Sala 11 - Apartado 1071 EC  
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

tlm. [+351] 939 729 729  
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)  
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt



SOFTWARE  
IPSS

SECTOR  
ECONOMIA  
SOCIAL

+ DE 40  
APLICAÇÕES

+ DE 900  
CLIENTES

100%  
CLIENTES  
SATISFEITOS

GRÁTIS  
DEMONSTRAÇÕES  
SEM COMPROMISSO

BRAGANÇA

# Misericórdia vai acolher reclusos em saídas precárias

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) vai passar a acolher reclusos em saídas precárias num âmbito de uma parceria oficializada com os Serviços Prisionais e apontada como “inovadora” na reinserção e apoio à comunidade prisional.

A vertente mais inovadora do protocolo assinado em Bragança é, segundo o diretor-geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata, o apoio para abrigo/casa e alimentação aos reclusos que sem família e sem casa, mas que querem beneficiar de saída precária.

Em troca a Misericórdia de Bragança terá mão-de-obra dos reclusos para reabilitação património imobiliário, mas disponibiliza também ao Estabelecimento Prisional de Bragança apoio na área da Saúde, com a deslocação de técnicos de várias valências, evitando recurso o recuso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O diretor-geral Celso Manata sublinhou que este protocolo com a Misericórdia de Bragança é o terceiro a ser oficializado no âmbito de uma nova geração de parcerias com entidades públicas e sociais e tem a vertente mais inovadora na área da reinserção.

“A saída das pessoas do sistema prisional é feita com base na avaliação que se faz no estabelecimento, mas em muito daquilo que se passa quando tem saídas precárias. O que aqui se está é dizer que as pessoas que não têm casa, não têm família, por que já têm uma certa idade, por que estão deslocalizadas, podem ter a saída precária e, tendo essa saída precária, poderão chegar à liberdade condicional mais rapidamente”, apontou.

Celso Manata enfatizou que sem estes “testes” dificilmente as pessoas vão sair se não ao fim da pena ou então aos cinco sextos da pena.

“Para mim tem um impacto, em termos humanos, muito grande. É uma excelente notícia para o sistema prisional e é qualquer coisa que eu vou divulgar o mais que possa, e pedir por todo o país. Vem-nos resolver um problema para o qual nós não tínhamos grande resposta e que agora passamos a ter”, afirmou.

Acresce, segundo o diretor-geral, que a SCMB também dá possibilidade a essas pessoas ou outros do sistema de prisional de poderem trabalhar.

O protocolo de Bragança contempla, como disse, “várias frentes em que os serviços prisionais têm muitas dificuldades”.

Não tem custos para a Santa Casa, “mas tem redução de custos para os serviços prisionais por que deixam de ter essa despesa e evita deslocações dos presos aos serviços de saúde”.

“Este protocolo tem valências difíceis de encontrar no sistema como a psicologia clínica”, observou.

O provedor da Misericórdia de Bragança,



Eleutério Alves, explicou que esta parceria se insere na missão desta instituição, e lembrou uma das máximas “visitar os presos”.

Há vários meses que já o faz com apoio na área da psicologia aos reclusos de Bragança, e que será agora alargado com a disponibilização de recursos humanos, quer na parte médica, quer na de enfermagem, animação.

Em troca, a Misericórdia vai ter mão-de-obra dos reclusos do Estabelecimento Prisional de Bragança, conforme a disponibilidade, para recuperar património imobiliário como um edifício de cinco andares, na cidade, com capacidade para “albergar 20 a 30 pessoas” e que se destinará a acolher os reclusos na saída precária.

Até lá, o provedor reconheceu que tem “poucas condições no imediato para receber, mas também tem parcerias com outras entidades

locais que garantem que sempre que for necessário alojamento, ele é cedido também sem custos nenhuns, podem utilizar outros equipamentos de outras entidades parceiras”.

“Com essas saídas precárias, com o trabalho que eles possam desenvolver cá fora junto da instituição, é um meio caminho para a reinserção e para a ressocialização deles próprios e para o regresso à comunidade no sentido de alterarem os seus comportamento e se adequarem às regras de quem vive em comunidade”, defendeu.

O pagamento aos reclusos que trabalharem na reabilitação dos edifícios será feito nas condições em que funciona o chamado “regime aberto” com presos a trabalharem em várias entidades e empresas de todo o país, enquanto cumprem pena e quando reúnem condições para isso.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# A culpa dos economistas

Todas as elites são responsáveis pelo ascenso dos populismos, todos temos culpa: os intelectuais, os políticos, os dirigentes corporativos, os media etc..

Mas, como aqui é o cantinho da economia, é da culpa dos economistas, enquanto classe profissional, que gostaria de falar um pouco.

Os economistas talvez devam ter a consciência pesada. Embora a lista dos nossos pecados seja longa vou aqui tratar de apenas dois que me parecem os mais óbvios e não necessariamente os menos graves. Ao primeiro chamaria a arrogância da falsa precisão, ao segundo daria o nome de indesejável banimento da moralidade.

Na verdade os economistas e a economia têm hoje uma influência na sociedade e na formulação de políticas públicas bem acima do que os méritos intrínsecos da ciência recomendariam.

A economia (como a generalidade do conhecimento humano) nasceu dentro da filosofia. Ainda no século XVIII, David Hume, um dos mais influentes pensadores iluministas, discorria sobre temas económicos como se fossem apenas mais um aspeto do seu filosofar. David Hume, provavelmente sem o saber, formulou o que pode ter sido o primeiro modelo económico moderno, discorrendo à moda dos filósofos e, naturalmente, sem recorrer a uma única fórmula matemática.

Para muitos, Adam Smith, contemporâneo (e amigo) de David Hume terá sido o primeiro economista, o que quer dizer o primeiro filósofo a dedicar-se exclusivamente ao pensamento sobre temas da produção e distribuição do rendimento e da riqueza. Só a partir de Adam Smith a economia ganhou o estatuto de uma disciplina razoavelmente autónoma.

Mas por essa altura as estatísticas eram ainda muito escassas, geralmente tardias e flagrantemente imprecisas. Benjamim Disraeli, um dos grandes líderes políticos da era Vitoriana, costumava dizer que havia 3 tipos de mentiras: as mentiras, as malditas mentiras e as estatísticas. A economia era ainda uma ciência essencialmente discursiva.

A melhoria dos aparatos estatísticos, o nascimento da macroeconomia moderna, o progresso das matemáticas e as novas tecnologias de informação e computação levaram a economia para uma crescente formalização quantitativa, quase emulando as chamadas ciências exatas.

Esta ilusão de rigor e o endeusamento das métricas conduziu-nos ao pecado da hubris. Para os antigos gregos a hubris era uma mistura de orgulho e de arrogância que levava à perda dos heróis das suas tragédias. A nossa hubris, a dos economistas, resultou de uma falsa sensação de superioridade em relação às restantes ciências sociais (menos exatas) ao ponto de termos criado para nós próprios a ilusão de que conseguíamos “modelizar” as comunidades humanas e, com isso, “prever” o futuro.

O pior de tudo é que fomos particularmente bem-sucedidos a vender ao resto da comunidade a nossa suposta presciência. A verdade é que nem mesmo os mais clamorosos falhanços parecem poder abalar a crença. Nem um só economista previu a crise de 2008/2009. Mesmo em 2008, com tudo a arder à volta, não conheço um único economista de renome que tenha antecipado a recessão de 2009.

Por vezes ocorre-me que fazemos hoje o papel dos feiticeiros nas tribos primevas. A ansiedade de antecipar o futuro é tal que continuamos a consultar o feiticeiro mesmo sabendo que no passado falhou em mais ou menos 50% das tentativas

Banir a moral foi o segundo dos pecados maiores. Num texto anterior tentei demonstrar como a suposta neutralidade moral dos mercados é uma fábula. A forma como os economistas lidam com o tema da globalização parece-me, nesta matéria, exemplar.

Os economistas sempre pensaram a globalização como uma coisa intrinsecamente boa.

No fundo sabíamos que apesar da perda de uns quantos empregos nas economias desenvolvidas, a globalização seria sempre um jogo de soma positiva. Nos países pobres as pessoas ficariam claramente melhor e nos países ricos, mesmo os que perdessem o emprego, acabariam por encontrar novas ocupações. Como o PIB cresceria, a riqueza total cresceria e todos deveriam ficar um pouco melhor.

Que falta faz aqui o pensamento moral? Afinal não ganhamos todos? Não é um mundo mais globalizado um mundo potencialmente mais pacífico?

Talvez seja! O problema é que nos países desenvolvidos a globalização trouxe coisas indesejáveis mesmo para uma economia a crescer.

Uma dessas coisas é o aumento galopante da desigualdade. Os benefícios da globalização, enquanto crescimento do rendimento e da riqueza existem, são inegáveis – o problema é que estão concentrados numa elite sócio económica e sócio profissional cada vez mais restrita. Por vezes também estão concentrados nas grandes cidades onde ficam as sedes dos bancos ou das multinacionais.

Vejamos o caso dos operários industriais que perderam os empregos em processos de deslocalização.

Provavelmente muitos deles sobreviveram à custa de ajudas públicas ou então procuraram trabalho na área dos serviços. É até possível que nalguns casos não tenha havido perda material significativa. Mas isso é tudo?

Ter um emprego não é só entrar às nove e sair às seis. Também é pertencer a uma comunidade, a um grupo com o qual partilhamos uma boa parte das nossas vidas. Ter um emprego também é beber uma cerveja com os camaradas ao fim da

tarde depois do trabalho, jogar futebol no clube da empresa ou no grupo informal que criamos entre colegas de trabalho, participar na bisbilhotice local...

Quando tudo isso desaparece o sentimento de perda é forte. Para os modelos dos economistas tudo isso não passa de ruído, uns quantos danos colaterais num mundo em progresso geral.

A reação das elites ao ascenso dos populismos tem sido globalmente errada. A abordagem “nós ou o dilúvio” não só não tem conseguido atemorizar as massas que votaram Brexit ou Trump, como por outro lado, correm o risco de cair no maior descrédito.

As elites previam o fim do mundo em ceroulas se o referendo no Reino Unido desse Brexit. Seguir-se-ia uma recessão brutal, desemprego galopante, os preços das casas cairiam a pique, etc.

Contudo, já passou mais de meio ano de não há sinais visíveis de catástrofe. Pelo contrário a economia do Reino Unido continua a ser uma das mais dinâmicas da Europa em 2016.

Nos Estados Unidos a coisa foi um pouco mais contida (já se conhecia alguma informação do pós Brexit) mas a arma do medo foi abundantemente utilizada pelas elites com os resultados que conhecemos.

Se as elites persistirem neste caminho perderão com certeza em muitas outras geografias – as massas já não compram o argumento do medo.

Precisamos todos, mas em particular os economistas, de um banho de humildade. Devemos reconhecer que não conseguimos prever coisa nenhuma, que as comunidades humanas são demasiado complexas para caber mesmo no mais elaborado e mais sofisticado dos modelos e, acima de tudo, que não temos o direito de banir a moral das nossas preocupações.

Os populismos vão falhar porque estão errados mas não podemos excluir que até possam apresentar bons resultados no curto prazo. Se os queremos derrotar não será brandindo a arma do medo. A solução passa por sociedades mais inclusivas, menos divididas entre ter e não ter, com os benefícios do crescimento melhor distribuídos entre as grandes cidades e o resto do território. Nem sequer é, em teoria, complicado.

A já agora lembrar que a mão invisível de Adam Smith até anda por aí e, em geral, funciona. O problema é que aqui e ali manifesta uns começos de artrose que necessitamos de remediar. E para isso não passamos sem julgamentos morais!

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**

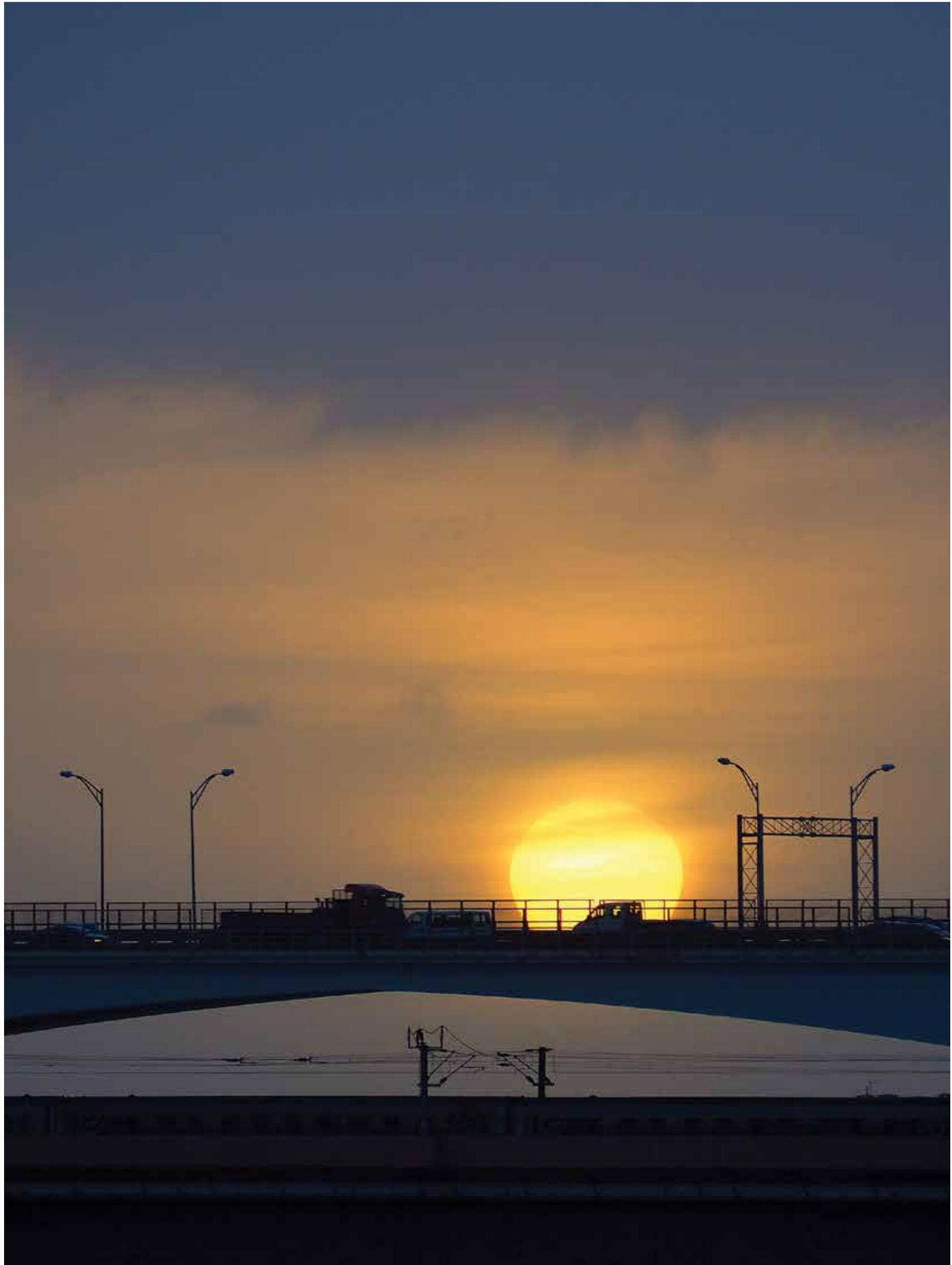


TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





## Dias de Inverno

### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto:** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira | **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

JORGE SAMPAIO

# Europa sem visão nem vontade política na questão dos refugiados

O antigo Presidente da República Jorge Sampaio considerou que a Europa vive uma situação “absolutamente inimaginável” na questão dos refugiados, “sem visão nem vontade política”, estando os Estados Unidos na mesma situação.

As orientações políticas de Donald Trump em termos de política externa “nem nos piores cenários julgámos possível”, disse o antigo chefe de Estado num debate no Parlamento sobre o tema “Refugiados e Migrações: a prevenção de conflitos e as soluções duradouras”, uma iniciativa da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação).

Sampaio, o responsável por uma campanha de apoio a estudantes sírios que iniciou há quatro anos, começou por defender que o reforço da cooperação europeia é a melhor resposta para o populismo, e avisou que 2017 parece “anunciar mudanças estruturais”, com os Estados Unidos e o Reino Unido à frente no “desmantelamento” do sistema vigente.

Ainda assim, numa nota de otimismo, disse acreditar (“quero acreditar”) que os mecanismos

de “freios e contrapesos” da democracia norte-americana vão funcionar a médio prazo.

Numa era em que há menos guerras mas na qual elas são mais violentas, falta na ONU um “mecanismo de resposta rápida” na prevenção e mediação de conflitos, uma área na qual Portugal podia também fazer melhor, disse Jorge Sampaio.

E acrescentou que são precisas novas abordagens nas crises humanitárias, explorar novas formas de proteger grupos diferentes, e deu o exemplo dos estudantes na Síria, onde antes da guerra 25% tinha acesso ao ensino superior e que hoje apenas 01% desses jovens refugiados chega à universidade, o que indica que se está a perder toda uma geração de diplomados.

No debate falou também Pedro Coelho, do Alto Comissariado para as Migrações, que começou por lembrar a crise de natalidade na Europa, recordando também que os imigrantes contribuem em Portugal para a segurança social com mais de 300 milhões de euros, e que são eles também quem cria mais empresas.

Portugal recebeu até agora 942 refugiados, todos com acesso à saúde e ao ensino do português,

com 25% já com emprego, segundo o responsável. Teresa Tito de Moraes, do Conselho Português para os Refugiados, discordou no entanto dos números afirmando: “não digo que todos estão com aulas de português”.

Tito de Moraes lembrou o grande aumento no mundo de refugiados nas últimas duas décadas, que o milhão que chegou à Europa não é comparável aos números que chegaram a outros países, como o Líbano ou a Turquia, e recordou também as 85 mil pessoas que os Estados Unidos acolheram entre outubro de 2015 e setembro de 2016, entre eles 10 mil sírios.

“As restrições de Donald Trump são muito graves no contexto global de acolhimento de refugiados”, disse.

Além de André Jorge, que falou do trabalho da Plataforma de Apoio aos refugiados, os presentes no debate ouviram ainda a história de uma refugiada iraquiana de 48 anos, cabeleireira, que teve de deixar tudo devido ao grupo autodenominado “Estado Islâmico” e que agora vive em Portugal, de que nunca tinha ouvido falar até chegar à Grécia e onde hoje quer viver para sempre.

APPACDM VILA REAL-SABROSA

## Direção pede averiguação cuidada sobre o Lar Residencial de Alijó

Suspender a coordenadora do Lar Residencial de Alijó, “até à conclusão do inquérito e do apuramento de responsabilidades”, e disponibilizar-se totalmente para colaborar no apuramento da verdade, solicitando que a Segurança Social e o Ministério Público “uma averiguação cuidada”, foi a tomada de posição da Direção da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Vila Real-Sabrosa, que tutela aquela resposta social.

No seguimento da denúncia da ex-funcionária do Lar Residencial para deficientes de Alijó, Laura Bastos, uma extensão da APPACDM Vila Real-Sabrosa, que uma reportagem televisiva mediatizou, o vice-presidente da instituição, Luís Correia, reafirmou o desconhecimento da Direção quanto à existência de qualquer comportamento menos próprio ou de quaisquer maus-tratos a utentes por parte da equipa de funcionários do equipamento ou da coordenadora, Alexandra Figueiredo.

As primeiras audições já decorreram, estando agora os inquéritos a seguir os seus trâmites normais.

Nas funções de coordenação da resposta residencial de Alijó da APPACDM Vila Real-Sabrosa, que acolhe 24 utentes num universo de mais de 500 pessoas na região, está interinamente Jorgete Meireles, até aqui responsável pelos utentes mais autónomos.

“A ser verdade é muito preocupante”, disse a propósito da situação o presidente da autarquia de Alijó, Carlos Magalhães, que no entanto alertou para a necessidade de contextualizar as imagens mostradas na reportagem da TVI.

Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL